

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
MERENDA**

**PRESIDENTE  
MARCOS ZERBINI - PSDB**

**07.12.2016**

**CPI - MERENDA****07.12.2016**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízo ao erário.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Barros Munhoz, Estevam Galvão, Adilson Rossi, Alencar Santana Braga, Beth Sahão e Marcia Lia.

Peço ao secretário que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Solicito a dispensa da leitura da Ata anterior.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos os deputados, servidores que estão novamente nesta reunião, imprensa, público presente. Quero dar um cumprimento especial aos estudantes, aproveitar para fazer uma menção a todo o acompanhamento dos estudantes à CPI na Assembleia Legislativa.

Se essa CPI foi instalada, deputado Barros Munhoz, deputado Estevam Galvão, deputado Adilson Rossi, deputado Marcos Zerbini, companheiras deputadas Beth Sahão e Marcia Lia, que não são efetivas, mas acompanharam a todas as reuniões desta CPI.

Sr. Presidente, se esta CPI foi instalada e produziu resultado nós devemos isso àquela pressão exercida, lá atrás, pelos estudantes, àquela cobrança, àquela exigência, àquele debate que eles conseguiram provocar na sociedade paulista e também chamando a atenção da imprensa para que a CPI pudesse se efetivar, pudesse trabalhar. E por isso quero parabenizá-los porque fizeram a luta, mas acompanharam pari passu, fiscalizando o trabalho de todos nós, parlamentares, e com certeza levando a informação do que

acontece na Assembleia Legislativa à base deles, às escolas deles. Muitas vezes, enfrentaram até a violência e a repressão existente aqui, por isso os nossos parabéns em especial aos estudantes.

Sr. Presidente, o relatório foi apresentado pelo deputado Estevam Galvão, e primeiro queremos ler o relatório, queremos ter acesso, queremos compreender o que está contido no relatório. Não estamos desconfiando do deputado Estevam Galvão, não estamos dizendo que concordamos ou não concordamos. Eu não posso dizer se concordo ou discordo de algo sem conhecer. O deputado Estevam Galvão permaneceu em todas as reuniões, fez intervenções oportunas e disse que iria observar bastante para que pudesse fazer um relatório fiel. Esperamos que seja, mas precisamos ter esse conhecimento.

Nós ainda não apresentamos o nosso relatório porque não sabíamos que hoje seria uma reunião específica para o relatório. Nós apresentamos, inclusive, um pedido de prorrogação dos trabalhos, porque entendemos que ainda há algumas lacunas que precisamos esclarecer, há algumas lacunas para as quais precisamos dar respostas.

Darei alguns exemplos; aliás, Sr. Presidente, utilizarei a entrevista que V. Exa. deu na semana passada e publicou em sua página no Facebook. Eu sigo V. Exa. lá, Sr. Presidente, estou de olho. Nela, V. Exa. disse que entendia a importância de o secretário-geral da Administração ser ouvido pela CPI, por ser a figura maior na administração desta Casa em relação à gestão, à administração da Assembleia.

Porém, para nossa surpresa, esse requerimento não está na pauta, assim como outros requerimentos que tínhamos apresentado a partir do momento em que veio aquele contrato que o Tribunal de Justiça enviou para nós do escritório Paciello. Deputado Barros Munhoz, três pessoas assinam aquele contrato: o Marcel, lobista; o Chebabi, dono da Coaf. Eles dizem, em suas delações, que assinaram dois contratos pelo escritório porque tinham destinatários diferentes.

Ora, e nós não vamos ouvir a dona do escritório? Para nossa surpresa e espanto, ela não foi ouvida em lugar nenhum, nem na polícia de Bebedouro, nem no Tribunal de Justiça, nem na Justiça federal até agora. Ora, por que essa mulher não foi ouvida? Qual o segredo que ela tem, deputado Luiz Turco, que não pode ser ouvida pela CPI?

É por isso que nós queremos que ela seja ouvida. Com certeza, seria uma grande contribuição, dentre outras, desta CPI, como quando, por exemplo, descobrimos que dentro da Educação havia um grupo de servidores que atuava praticamente cometendo ilegalidades, favorecendo as empresas, deixando vários documentos falsos serem

apresentados, assinaturas equivocadas e irregulares, ou publicações outras que não deveriam. Nós descobrimos isso. Seria uma grande contribuição também da CPI para com a Justiça ouvir a Sra. Vanessa Paciello. Nós apresentamos esse requerimento e também não está na pauta, presidente. Por isso que nós protocolizamos a prorrogação dos trabalhos.

V. Exa. disse, no dia em que o presidente Capez depôs aqui, que foi o dia também que veio o Sr. Merivaldo, que iria fazer uma acareação entre o Sr. Jeter e o Sr. Merivaldo. Isso está na Ata. Vossa Excelência mesmo disse, dizendo da necessidade, e disse taxativamente com a sua prerrogativa de presidente: “Nós faremos a acareação entre os dois, porque os dois estão mentindo, e queremos saber a verdade”. O Sr. Jeter fez acusações gravíssimas ao Sr. Merivaldo, dizendo que deu o contrato porque ele foi ameaçado dentro da sua função. Então nós temos também que tirar essa dúvida, mas infelizmente também não conseguimos fazer essa acareação fundamental.

E para concluir, presidente, na semana passada, eu tinha feito isso em algumas outras reuniões e tenho feito reiteradamente para que possamos atualizar sempre os documentos, pedi a V. Exa., e V. Exa. concordou, e assim determinou, pelo menos pediu aqui em plenário, nós pedimos que todos aqueles órgãos que nós apresentamos requerimentos, requerimentos que foram aprovados, pediram documentação, que nós mandássemos um novo ofício para que eles atualizassem as informações: a Corregedoria Geral do Estado, o Tribunal de Justiça, a própria Corregedoria da Assembleia Legislativa, a Secretaria de Estado da Educação, todos, para que tenhamos todos os documentos completos para que possamos preparar nosso relatório. Então sem chegarem essas respostas, não consigo finalizar o meu trabalho, não tem como finalizarmos nosso relatório.

Por fim, ainda indagamos por que não veio a esta CPI, uma falta brutal de desrespeito da Justiça Federal com o Parlamento, e não podemos permitir isso, deputado Barros. Vossa Excelência já foi presidente desta Casa por mais de uma oportunidade. O juiz federal da 6ª Vara disse que não cabe o acesso da CPI aos documentos que lá tramitam. Isso é um absurdo, isso é um absurdo, isso é uma afronta ao Poder Legislativo, que tem sua competência constitucional de investigar. É uma das nossas funções primeiras, e ele está dizendo que não podemos acessar os documentos. Ora, o que tem lá que esta CPI não pode saber? O que tem lá de tão comprometedor? Nós pedimos que também a CPI agisse perante a 6ª Vara para que esses documentos

chegassem até nós. Não chegou nada, nada daquilo que estava em Bebedouro, daquilo que foi para a Justiça Federal a esta CPI. Como podemos terminar nosso relatório?

Por isso nós indagamos, e aí, presidente, sem ter o conhecimento do relatório, sem ter o conhecimento dessas informações, e diante dessas necessidades que nós colocamos aqui de novos depoimentos, entendemos que essa comissão não tem condições de votar o relatório hoje. É descabida a votação do relatório na data de hoje. Precisamos de mais tempo, e aí rogo que V. Exa. cancele essa reunião para que possamos, no mínimo, ter uma reunião extraordinária para votarmos a prorrogação dos trabalhos por mais 30 dias, para que recebamos essas informações e façamos as novas oitivas que são necessárias.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, com todo o respeito ao deputado Alencar Santana, que teve uma atuação brilhante nesta CPI até hoje e vai continuar tendo, sem dúvidas, até que ela se conclua, eu gostaria de dizer que, em um País onde CPI é sinônimo de extorsão, de pizza, de tudo... Estamos vendo, ontem, ordem de prisão para um membro do Tribunal de Contas da União, para um ex-presidente da Câmara Federal, enfim, as coisas mais atrapalhadas do planeta.

Aqui, quantas CPIs não deram em nada? Para não dizer a esmagadora maioria que não deu em nada, que não teve resultado prático nenhum. Eu tive orgulho de participar de uma que teve onze conclusões, algumas das quais foram adotadas, por exemplo, a de parar de pagar pensão à filha solteira dos membros do Poder Judiciário. Eram as famosas solteiras eternas, porque o cara recebia uma pensão do desembargador de 25, 30 mil reais por mês e não casava nunca.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Elas não casam no papel, não é?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não casavam no papel, fora do papel, às vezes, até casavam mais de uma vez, mas, enfim, houve tantas coisas importantes. E eu tive a felicidade de presidir essa CPI.

Na CPI do Banespa se apurou que não foi o Banespa que foi autoquebrado, pelo contrário, aliás, foi uma história muito bonita. O Banespa foi o banco mais impressionante do mundo, porque banco é uma questão de credibilidade, de confiança.

O Olavo Setúbal lançou sua candidatura a governador do estado de São Paulo e, em uma semana, desativou tudo, porque foi informado de que mais uma semana de pichação do Itaú e o banco ia quebrar. Então, ele retirou a candidatura dele.

Mas, enfim, houve demonstrações - é uma CPI que deu certo - de que o problema não foi o banco, o problema foi o Governo pegar dinheiro no banco. Todo o dinheiro que tinha garantia do Banespa, dinheiro externo, da crise de 82, foi o banco que honrou.

E veja, deputada Beth, com dois ou três anos de pichação, malhação, “o banco vai quebrar, o banco vai quebrar, o banco vai quebrar”, o que aconteceu? O depósito do Banespa crescia. É uma excelência do quadro de pessoal do banco e da confiança que o banco tinha da população.

Eu dei esses exemplos para dizer que esta CPI não terminou e nem vai terminar em pizza. Temos aí, li muito rapidamente, um rol impressionante de pessoas incriminadas, acusadas. Foi um trabalho profícuo. E aqui não é a participação desse ou daquele deputado. Lógico que o deputado Alencar Santana brilhou, mas a deputada Beth Sahão também, a deputada Marcia Lia também, assim como todos os deputados do PT e todos os nossos companheiros. Todos deram a sua contribuição. O nosso querido relator fez um trabalho perfeito. Agora, o que não existe é um trabalho perfeito e completo. O que acontece?

Quantos nós convocamos, mas não vieram? Quantos que vieram e mentiram acintosamente? Não adianta ficarmos malhando em ferro frio. Iremos prorrogar os trabalhos, nem sei se podemos mais.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Podemos por mais 30 dias.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, a partir do protocolo do relatório, não mais. Ficam prejudicados todos os requerimentos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas eu apresentei o requerimento na semana passada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, só para a informação de todos, o relatório é a produção final da CPI. Tudo o que se faz, prorrogação de prazo e oitiva de pessoas, é com a função de elaborar um relatório final. No momento em que esse relatório final é feito e apresentado, todos os demais requerimentos, inclusive o de prorrogação, ficam prejudicados.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, continuando meu raciocínio, hoje, no Congresso Nacional, estão apresentando medidas de fortalecimento das CPIs, porque, sinceramente, nós passamos por momentos vexatórios aqui. Fomos ofendidos, humilhados e espezinados.

O último senhor que veio aqui, o tal do Sr. Joaquim, isso aí foi uma excrescência. Não acrescentou absolutamente nada, a não ser ofender o nosso querido Poder Legislativo. Como se já não bastassem essas pessoas que fazem isso, o presidente do meu partido também ofende e agride, o que é profundamente lamentável.

Enfim, o que quero dizer é que vamos concluir. Tenho certeza de que o relatório pode, inclusive, suportar as ponderações do deputado Alencar Santana Braga, as quais podem constar em um relatório à parte. Não estou minimizando ou desprezando isso, mas eu acho que o mais importante agora é concluirmos. Se não atingimos 100% do nosso objetivo...

Depois que o Chebabi, com um “barrigão” que é o dobro do meu, que usa um carro que, segundo me falaram, faz inveja ao Nico Rosberg... Enfim, bilionário, mas fala que é agricultor familiar. O que podemos esperar mais da vida?

Sr. Presidente, vamos levar adiante e concluir. Parabéns! O seu trabalho foi magnífico. Estou aqui há muitos anos e dificilmente vi um trabalho tão bem conduzido como o de Vossa Excelência. Vamos concluir. Se amanhã precisar fazer uma nova CPI, sinceramente, eu já me comprometo a assiná-la e a envidar esforços para fazer outra CPI sobre a merenda, porque não chegamos a atingir as prefeituras, e o grande problema está lá.

Estamos cuidando aqui de um por cento do problema. 99% do problema estão aí e continuam a existir. Com todo o respeito, essa é a colocação que eu faço. É lógico que o PT e todos os demais deputados que estão tomando ciência... Vou ser franco, eu também recebi uma cópia à noite, quando saía, e li as partes fundamentais, mas também gostaria de me aprofundar.

Então, acho justo que suspendamos esta reunião e façamos outra reunião, na próxima semana, para votarmos o relatório e, se for o caso, para ser apresentado outro relatório. Essa é a minha sugestão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar o deputado Alencar e os demais deputados do Partido dos Trabalhadores - deputados Marcia Lia, Luiz Turco e José Zico Prado -, o deputado Estevam e o

deputado Barros Munhoz, pela verve e pela experiência não só no Poder Legislativo, mas também no Executivo. Ele traz informações importantes para nós, sempre, tanto aqui quanto em outras reuniões, quanto no plenário.

Mas eu queria colocar o seguinte: primeiro, queria saber de V. Exa. em relação àquilo que o deputado Barros colocou - ou foi V. Exa. que colocou -, de que, quando se protocola o relatório, nós não podemos mais, regimentalmente, oferecer nenhum pedido de requerimento, e os requerimentos protocolados anteriormente - como foi o caso dos requerimentos do deputado Alencar - não podem mais ser apreciados a partir do momento em que está sendo apresentado o relatório.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A minha compreensão é de que ficam todos prejudicados, deputada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas isso está no regimento? Ou naquilo que rege as CPIs? Como funciona?

Senão, poderíamos tentar, pelo menos, ouvir mais estas pessoas que o deputado Alencar cita. Não estou dizendo que o relatório que V. Exas. estão apresentando hoje seja um relatório inócuo, um relatório acéfalo. Apenas acho que, quanto mais pudermos aprofundar naquilo que levantamos aqui, ouvindo mais pessoas... Até porque tem pessoas que foram ouvidas e que não falaram nada. Vossas Excelências são testemunhas disso.

Como bem colocou o deputado Alencar, houve a possibilidade de haver uma acareação e nós também não tivemos a oportunidade de trazer isso para a CPI, de modo que isso deixa lacunas importantes que precisam ser preenchidas.

Se houvesse possibilidade de prorrogarmos um pouco mais a CPI - ainda temos mais algumas semanas antes do recesso-, talvez com uma reunião extraordinária, embora tenhamos que ter 24 horas de intervalo entre um pedido e outro...

De qualquer modo, vejo isso como importante. Vossas Excelências já estão com o relatório pronto. Nós, certamente, vamos apresentar também um relatório em separado, até porque desconhecemos o relatório de V. Exas., mas temos uma confiança enorme no nosso, sem desmerecer, deputado Estevam Galvão, a sua competência e aquilo que V. Exa. colocou no relatório. Mas é importante saber que, quanto mais esmiuçado for, com as pessoas que estiveram aqui e aquelas que ainda poderiam vir, melhor será o trabalho.



**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Vossa Excelência me concede um aparte, deputada?

Deputada, devo dizer que, não obstante eu tenha feito o relatório - e acho que temos material suficiente para um relatório bom, consistente, honesto, sério e isento -, entendo que, além de o deputado Alencar poder apresentar um relatório em separado, ele pode propor que seja acrescentado algum entendimento dele nesse relatório se aprovado por todos, uma vez que esta reunião eventualmente seja não encerrada, mas suspensa, para uma reabertura na terça-feira.

Além de um relatório em separado, entendo que nesse caso, num requerimento aprovado por todos, esse relatório poderá acrescentar alguma coisa apresentada pelo deputado Alencar Santana Braga, que tem conduzido com muita competência.

Eu até disse aqui - e o Barros Munhoz confirmou - que o deputado Alencar Santana Braga é um bom deputado, mas também um bom advogado. E devo também ressaltar aqui que todos os deputados do PT, em especial a Marcia Lia e a Beth Sahão, participaram de uma forma muito intensa e competente dos trabalhos desta CPI. Foram 214 requerimentos, 38 oitivas e 72 horas de trabalho. Todos os deputados trabalharam de forma intensa e com muito entusiasmo.

Por isso, deputadas Beth Sahão e Marcia Lia, e deputados Alencar Santana Braga, Adilson Rossi e Coronel Camilo, tenho convicção, como disse o Barros Munhoz, de que esta CPI está trazendo um relatório sério e honesto. Um relatório que retrata exatamente a verdade relativa a tudo que ouvimos, tudo a que assistimos e de que participamos.

Esta CPI não está terminando em pizza. Talvez não esteja sendo concluída exatamente como muitos eventualmente queriam, mas está apontando empresa, fraude, agentes públicos; enfim, tudo aquilo que apuramos aqui durante as 72 horas de oitivas. Mas quero deixar claro: quem pretender ainda, por exemplo o deputado Alencar Santana Braga, pode, sim, apresentar um relatório em separado, mas pode também propor que seja acrescentado neste relatório.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Esta Presidência registra a presença dos nobres deputados Coronel Camilo, José Zico Prado, Luiz Turco e Ana do Carmo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Só para concluir: minha colocação aqui, deputado Estevam Galvão, é no sentido de podermos, se tivermos a oportunidade, aprofundar

cada vez mais aquilo que esta CPI investigou. Isso seria melhor para todos: para a sociedade paulista, para o governo e para nós, que vamos sair daqui com a sensação de que conseguimos cumprir pelo menos uma meta importante. Até o momento, avançamos muito? Sim. Seria injusto dizer o contrário. Mas poderíamos ter ouvido muito mais pessoas que são fundamentais, de modo que esta CPI fosse o mais ampla possível. Não li ainda o relatório de V. Exa., e não o estou questionando por enquanto.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Colaborando com as colocações de V. Exa., quero dizer que entendo também que não houve tempo. A ideia era uma CPI muito mais ampla. Em razão do tempo, não entramos nos municípios. Acho perfeitamente razoável - o deputado Alencar Santana Braga já falou, o deputado Barros Munhoz também e eu também entendo assim - fazer uma nova CPI quem sabe no início do próximo ano para entrarmos também nas prefeituras porque aí, sim, não vamos trabalhar só com a agricultura familiar, poderíamos fazer uma CPI da Merenda, mas muito mais ampla.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ok.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Na verdade, quero fazer coro com a fala do deputado Alencar Santana Braga, principalmente quando ele diz que estamos tendo nossas atribuições, nossas competências menosprezadas pela Justiça. Estamos vivendo no País uma crise institucional muito séria, em que tentam diminuir aquilo que constitucionalmente são nossas atribuições, nossos direitos, nossas competências, e o Judiciário tem feito isso com uma maestria impressionante.

Quando o deputado Alencar Santana Braga fala que a solicitação que fizemos de documentos, gravações, informações à Justiça Federal, à Justiça de Bebedouro e não chegaram, eu acho isso um grande desrespeito a esta CPI, um grande desrespeito a esta Casa, um grande desrespeito ao Parlamento e nós não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Vejam o que aconteceu ontem, em Brasília, quando se pede para que o presidente do Senado seja deposto. O Senado se reúne e diz “espera aí, parado lá.” Aqui, a questão é divisão de Poderes, algo que existe desde Montesquieu e que tem de ser respeitada porque a nossa Constituição fala que os Poderes são harmônicos e independentes, e nós estamos vivendo uma situação de ingerência na medida em que solicitamos

informações, documentos, gravações à Polícia Federal, à Polícia Civil, à Polícia Militar, enfim, a todas as Polícias que participaram de todo esse processo da Coaf, e não nos chegaram. Isso, na minha avaliação, é uma invasão de competências, na minha avaliação isso é muito grave, é o mais grave de tudo.

Não poderíamos encerrar esta CPI sem que o relatório aponte isso, ambos os relatórios. Eu também não tive ainda acesso ao relatório do deputado Estevam Galvão, mas acho que esta CPI peca na medida em que não tem os elementos necessários para fazer um juízo de valor aprofundado para que tenhamos um relatório que responda à sociedade, porque, na verdade, os jovens foram aqueles que sofreram as questões da falta de merenda, da merenda seca, da falta de merendeira. De todo esse processo, vão, com certeza, contestar a falta de informações que foram subtraídas desta comissão.

Eu quero deixar a minha indignação. O Parlamento não pode aceitar o que a Justiça tem feito conosco, porque isso é diminuir as nossas atribuições.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu estou disponibilizando um acordo com V. Exa., até uma sugestão, acho que seria interessante que o nobre deputado Estevam Galvão pudesse fazer esse registro no relatório, da falta de colaboração da Justiça Federal.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Na verdade, Sr. Presidente, o relatório foi entregue. Eu acho que ele pode, sim, mas tem que ser proposto, aprovado...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sim, claro.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Aí não tem dificuldade nenhuma e é possível nós aprovarmos e acrescentarmos ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu quero ressaltar sempre a postura muito democrática de V. Exa., muito aberta, desde quando fez o plano de trabalho, sempre aberto. Sem dúvida nenhuma é louvável a atitude de Vossa Excelência.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Pode ainda, além das propostas do PT, do deputado Alencar, nós acrescentarmos. Isso também não impede que eles, além dessas propostas, possam ainda apresentar relatório em separado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sem dúvida nenhuma. Só para esclarecer, já lhe passo a palavra, deputado, só para responder algumas questões de ordem.

Em primeiro lugar, deputado, eu realmente achava, a princípio, que precisava ter uma acareação entre o Merivaldo e o Jeter porque queríamos entender qual dos dois estava falando a verdade. Só que depois, vendo os depoimentos em outros órgãos, ficou muito evidente que nenhum dos dois está falando a verdade. Uma acareação entre dois mentirosos é muito difícil. No relatório que eu li parcialmente, do deputado Estevam Galvão, ele coloca isso de forma muito clara. Está se pedindo, de forma muito veemente, a punição dos dois.

Com relação ao diretor-geral da Casa, Sr. Zakir, eu cheguei a conversar com ele e ele se dispôs a vir aqui, está à disposição. Só que como não foi aprovado o requerimento, precisava de um consenso de todos os membros da comissão e, infelizmente, isso não foi possível, até com algumas alegações com as quais eu concordo do ponto de vista prático. Eles disseram: “Ele não vai trazer nada de elemento novo, que ajude na apuração da CPI”. Eu concordo com eles, a minha posição de trazê-lo era só para dizer que não tem nada para se esconder e tudo mais. Mas eu concordo com a alegação de alguns que disseram que ele não tem nada para acrescentar àquilo que é o papel investigativo da comissão. Não foi aprovado o requerimento, dependia desse consenso geral, que, infelizmente, não foi alcançado.

Queria, antes de passar a palavra ao deputado Zico Prado, só dizer que, em uma conversa com o deputado Alencar Santana, entendemos que seria importante uma posição oficial da Procuradoria da Casa no sentido de dizer se é possível ou não um pedido de vista no relatório final porque, em uma primeira conversa informal, tem alguma dúvida disso. Mas a compreensão é de que não cabe vista no relatório final, porque tem o Art. 57, que fala da... autoriza a vista de proposições.

E no rol de proposições, no Art. 133, não tem o relatório. Então, existe uma compreensão, vamos dizer, a priori, de que não caberia.

Então, acho que seria importante a comissão fazer uma consulta oficial à Procuradoria, não para esta CPI - porque nós encontramos uma brecha regimental para poder adiar a reunião e poder dar tempo para os senhores deputados poderem analisar.

Mas entendo que a argumentação do deputado Alencar é muito importante. Nós precisamos criar um procedimento e ter clareza do procedimento que deve ser adotado com relação a isso.

Solicito que a comissão faça um pedido oficial para a Procuradoria da Casa, para que façam um estudo e determinem um procedimento que se adote como padrão para todas as CPIs da Casa.

Então, até antecipando...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quero falar, depois, sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sim. Então, com a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Primeiramente, queria cumprimentar todos os deputados e deputadas. Queria cumprimentar, aqui, todos os membros da CPI. Acho que foi uma CPI em que debatemos bastante, mas não o suficiente para que pudéssemos chegar a um denominador comum.

Acho que essa proposta regimental encontrada aqui pode possibilitar fazermos a leitura do relatório e, se a Bancada da Maioria achar que cabe algum, vamos colocar, tentando evitar que tenha dois relatórios. Mas isso não significa, como disse o deputado Estevam Galvão, que, mesmo aceitando, que proíba de um ou do outro fazer o relatório dele.

Eu acho que essa é uma questão que precisamos ter muito claro como é que vamos proceder. Sair daqui sem termos clareza de qual vai ser o comportamento adotado por esta CPI vai ser muito difícil: depois nós não temos tempo de prorrogar uma outra. Então, tem que esclarecer o que nós podemos fazer, o que o relatório pode aceitar, e nós estabelecermos critério.

Mas eu queria, também, presidente, lembrar, e eu queria aqui cumprimentar o trabalho do nosso companheiro Alencar, que se dedicou, esses meses todos, exclusivamente à CPI. Alencar, quero aqui, de público, dizer que para nós você foi um orgulho, junto com as duas companheiras nossas, a Marcia Lia e a Beth Sahão, que

foram as companheiras que, mesmo do interior, estiveram aqui, chegavam às sete horas. Beth, às vezes, me ligava de madrugada: “Estou indo. Vou chegar atrasada cinco ou dez.”

Então, eu não podia deixar de registrar o Turco, que foi o nosso suplente, a Ana, que sempre esteve aqui, ajudando-nos a passar tempo.

Mas, o que eu quero mesmo, é dizer que precisamos ler o relatório. Não dá para fazermos nenhuma... E se os senhores quiserem também podem ler o nosso. Então, não é uma coisa que é...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Dá até para assinar juntos, se concordar.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É.**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É mais fácil, deputado, que V. Exas. contribuam com o relatório brilhante do nobre deputado Estevam Galvão.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Mas isso tudo precisa conversa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só para dizer, nobre deputado Zico Prado...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Eu quero encerrar, presidente. Porque eu acho que aqui se criou, desde o início desta CPI... Esta CPI não foi fácil de sair. Se não fosse a ocupação dos estudantes e a mobilização social, talvez nós não tivéssemos esta CPI, porque sempre foi dito, aqui, na Casa: “Não, o Ministério Público vai...” Sempre, nós delegamos para outros e não assumimos o nosso papel. Essa é a questão que está colocada.

Nós, hoje, ficamos reclamando da Justiça, mas os parlamentos todos já resolveram delegar para outros. Nós não podemos fazer isso. Aquilo que é papel nosso nós temos que desempenhar, sem medo nenhum. Esse é o erro de todos os parlamentos. Estou falando, aqui, não de São Paulo. Posso falar, aqui, de inúmeros parlamentos que têm aberto brechas para que a Justiça venha e legisle no lugar dos parlamentares.

Então, eu quero dizer, com isso, que nós não podemos ficar: “Olhe, não adianta ouvir Fulano, porque já vai repetir o de Sicrano.” Porque nós ouvimos isso o tempo todo, Sr. Presidente... Então, essa é uma questão do nosso motivo de pedir a prorrogação. Porque não adianta nós ficarmos: “Não, não adianta ouvir, porque nós já sabemos o que é que vai falar.” Quem disse que com dois mentirosos, não podemos nós chegar a tirar uma conclusão de qual é o caminho certo? Quem disse isso? Nós podemos pôr dois mentirosos aí e deixar e tirar a verdade. Depende de como é o nosso comportamento.

Então, eu quero registrar isso, porque o deputado Estevam Galvão sempre foi... Desde o primeiro dia, sempre tem batido na tecla para nós fazermos um relatório único, mas para fazer isso nós precisamos conversar e costurar muito isso.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só para V. Exa. ter compreensão, há um precedente regimental aqui, na Casa, de uma CPI que abriu a reunião para discussão e votação do relatório e que foi suspensa para que todos os membros pudessem ter conhecimento do relatório. Então, como já há esse precedente, a ideia é suspender até terça-feira, que é o prazo fatal, para que todos possam ter conhecimento do relatório e, se possível, construir um relatório comum. Se não for possível, obviamente, dá à oposição o direito de apresentar o seu próprio relatório. Nosso objetivo, aqui, não é restringir a opinião de ninguém e nem coibir a manifestação de qualquer uma das partes.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Desculpe, até colaborando consigo, deputado José Zico Prado, eu acho que a última sessão é exatamente para isso. Nós vamos receber esse relatório. Podemos receber na véspera, como já fizemos tantas vezes em projetos de lei extremamente complexos, deputado José Zico Prado - aliás, contando com a sua valiosa colaboração quase sempre. Nós discutimos antes e, de repente, concordamos com alguns tópicos que se estão colocando e acrescentam-se em um relatório único. Entendeu? No que não houver concordância, fazem-se dois relatórios para marcar a posição. Acho que é isso. Sem dúvida alguma, vão acontecer casos em que nós vamos concordar.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Sr. Presidente, eu queria agradecer a oportunidade e deixar este registro na CPI.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Ok, feito o registro. Só para não me esquecer: todos os membros da CPI estão recebendo cópia em papel elaborada pelo deputado Estevam Galvão. A Secretaria tem posse, vai entregar para todos os membros efetivos, e tem já a cópia digital à disposição, na Secretaria da CPI, porque a partir do momento em que ela é apresentada, ela se torna pública, para quem quiser ter acesso. Ok?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, sobre essa questão do pedido de vista, de fato, conversamos no início dos trabalhos, eu, o presidente e o relator, e há um entendimento da parte do presidente, a partir da análise da Procuradoria da Casa, que não cabe pedido de vista.

Tem a nossa discordância, e vou aqui argumentar o porquê. Mas quero também destacar a ponderação sobre a suspensão dos trabalhos, para que possamos ter um prazo para ler e, ao mesmo tempo, divergir, se houver divergência. Quero agradecer essa ponderação. Se fosse diferente, eu diria que é um grande golpe, um absurdo.

Apesar de todo o debate que tivemos aqui, discordâncias, visões diferentes, indagações diferentes, eventuais conclusões diferentes, que com certeza teremos, conseguimos agir com uma certa coerência.

Mas, Sr. Presidente, poderíamos ter casos. Queremos outras CPIs, esperamos. Queremos, deputado Barros, V. Exa. disse que assina a CPI, além da CPI da Merenda, queremos apresentar outros, e contar com o seu apoio. Vai que topa fazer do Rodoanel, do trensão e outros. Para nós é importante. Há espaço.

Mas, Sr. Presidente, poderíamos ter, numa outra composição, numa outra CPI, uma análise diferente por parte do presidente, por parte do relator ou dos demais deputados. E aí o trabalho da oposição fica prejudicado. Por que entendo que à CPI cabe vista?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só um parêntesis, deputado. A minha compreensão pessoal é de que cabe. Eu, na verdade, discordo da posição, a priori, porque não foi uma consulta oficial, foi uma discussão informal com a Procuradoria da Casa. A minha compreensão é que cabe vista. A minha. É por isso que eu acho que é importante fazer uma consulta oficial, para que se possa ter um procedimento claro, para todas as CPIs da Casa.



**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então, já vou pedir o inverso. Se da sua compreensão, se alguém discordar, que consulte o inverso com a Procuradoria. Eu topo essa posição também.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Na verdade, deputado, só para esclarecer. O pedido de vista dá direito de três dias. E a suspensão, até a semana que vem, dá um tempo maior.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Três dias é sábado, não teremos reunião no sábado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Dá um tempo maior. Então, como já existe precedente, não corremos o risco de ferir o Regimento da Casa, acho que é mais prudente, e resolve da mesma forma. Mas eu concordo com V. Exa., no sentido de que é preciso haver uma posição clara com relação a isso, para que as próximas CPIs não tenham prejuízo, e tenham o entendimento já claro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, vou dar um exemplo. Quando nós votamos um Projeto de lei numa comissão, o que está em análise, o produto final, é o relatório, é o parecer. É isso que está em análise. O relator apresenta um parecer e, se há divergência, alguém pode pedir vista, como pode pedir vista do projeto sozinho também. O parecer está anexo ao projeto, ele é o produto final, e o projeto vai continuar tramitando. E cabe vista.

Mas, para entendermos uma CPI, temos de ler o Art. 34-B, § 11: “Aplicam-se subsidiariamente às Comissões de Inquérito, no que couber, as normas gerais deste Regimento...”, onde diz que cabe vista de proposições àquilo que se apresenta. Relatório é uma apresentação...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Essa é a compreensão. Como ela não está na relação do Art. 133, no rol de proposições, o relatório não consta...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vou chegar lá, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Existe então uma compreensão de que não caberia.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vou chegar lá. Continuando, diz o § 11: “...da legislação federal e do Código de Processo Penal.”

Em qualquer julgamento de uma turma, em qualquer tribunal, cabe um pedido de vista. Nós não temos que analisar somente o Regimento. Estamos vivendo agora o debate no STF: Toffoli pediu vista do entendimento de um julgamento. E deu toda confusão.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - É porque ele entende que pode ser mudado o voto, na posição do juiz.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É por isso que quero pedir vista, eu entendo que pode ser mudado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Aqui na Casa, por exemplo, numa comissão, o pedido de vista é feito ao projeto, e não ao parecer.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado, quando nós temos um julgamento, numa turma criminal, tem lá um parecer de um relator dizendo se a pessoa foi condenada, ou foi absolvida, e qual medida vai ser tomada. O que pode fazer o outro desembargador?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Como discussão, é importante, deputado Alencar. Acho que tem toda razão, e depois V. Exa. tem que entender também que nós podemos interpretar o que é a proposição, não é verdade? Em todo caso, o nosso presidente desta CPI já encontrou um caminho, assim entendi, que satisfaz plenamente aos nossos anseios.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado, nós podemos ter outra CPI. Esperamos que tenhamos.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Perfeito. A discussão para o futuro, V. Exa. tem razão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nós tivemos um bom entendimento, uma boa ponderação. Vamos suspender. Eu entendo que temos de resolver a questão da vista.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu concordo com Vossa Excelência.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O que é que se vota numa turma criminal de julgamento? É o relatório sobre o processo, e cabe vista; e a CPI tem o poder de investigação. Está aqui. Podemos respeitar o Código de Processo Penal, que deve fazer referência aos regimentos dos respectivos tribunais. O que estamos votando aqui não é um projeto de lei, mas um relatório que pode, inclusive, pedir que determinadas pessoas sejam indiciadas, que determinadas pessoas sejam, eventualmente, punidas. De certa maneira é um julgamento, e nós estamos fazendo um julgamento.

O relatório que V. Exa. apresentou, deputado Estevam, eu não conheço, mas é um julgamento sobre tudo que fizemos ao longo desses quatro, cinco meses. Nós não podemos simplesmente julgar, sem dar direito de análise, sem dar direito de poder divergir. E por que digo isso, deputado Estevam? Falei para o presidente que eu esperava aqui, ainda hoje, que tivéssemos um requerimento dizendo “tal dia nós vamos votar o requerimento. E preparem-se.” Como não houve essa preparação, nós não terminamos o nosso. Por isso que é direito de qualquer... Não só da oposição.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Está perfeito, Alencar. Nós já entendemos plenamente.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas nós temos que esclarecer a questão da vista. Porque nós teremos outras CPIs.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - A questão da vista, deputado Alencar...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nós não podemos ter esse... Em uma outra... Que nós tivemos hoje.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Deputado Alencar, o pedido de vista, para nós esclarecermos para outra CPI, é uma questão de ordem que V. Exa. terá que fazer em plenário. Não é aqui.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Estou sugerindo que o presidente faça pela CPI. Não só eu, como deputado. Que a CPI faça. Acho que é uma dúvida importante para todo deputado e para toda e qualquer CPI.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Eu entendo perfeito. Vossa Excelência tem toda a razão. Nós temos que esclarecer para o futuro. Só que é uma questão de ordem que deve ser feita em plenário.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Olha só, deputado Estevam. Se nós lermos agora um outro artigo, o Art. 50, Parágrafo V, diz o seguinte: “O presidente da comissão...”. E a CPI também obedece aos demais ritos das demais comissões. “...tomará assento à Mesa, à hora designada para o início da reunião, e declarará abertos os trabalhos, que observarão a seguinte ordem:”.

Inciso V: “leitura, discussão e votação de requerimentos, relatórios e votos dos relatores.”

Aqui... Se lá na frente não considera como um item discriminado de que é proposição... No Art. 50, que trata das comissões, inciso V, senhores procuradores, diz o seguinte: “leitura, discussão e votação de requerimentos, relatórios e votos”.

Ou seja, é um produto que vem para análise. É um produto que vem para a discussão. É um produto que vem para votação. Por que nós não podemos ter vista?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu, particularmente, concordo, deputado, e esta comissão vai fazer esse questionamento à Procuradoria da Casa e solicitar, inclusive, que se coloque, acrescente no Regimento da Casa uma compreensão mais clara sobre o fato. Eu acho que V. Exa. tem razão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu quero deixar isso expresso mais uma vez. Não é só para a CPI de hoje.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu sei disso, é que é o procedimento.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nós teremos outras CPIs. Temos que deixar isso bem claro.

Agora, eu quero, Sr. Presidente, mais uma vez, reiterar a necessidade de nós oficiarmos novamente os órgãos. Falei da Corregedoria da Administração, Corregedoria da Casa e a própria SGA... Sobre os processos administrativos de julgamento do Jeter e do Sr. Merivaldo.

Que venham informações para nós, para que nós possamos fazer o julgamento. O relatório... Seja, deputado, Gilmaci, um relato real. Acho que esse é o nosso desafio. De tudo aquilo que nós vivenciamos, lemos, acompanhamos, ouvimos, tudo, tomamos conhecimento.

Então, essas informações são fundamentais. Que venham até nós.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Quero registrar a presença do nobre deputado Gilmaci Santos e suspender os nossos trabalhos até a próxima terça-feira, às nove horas da manhã, quando discutiremos e votaremos o relatório. Obrigado a todos.

Declaro suspensa a presente reunião.

\* \* \*

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
MERENDA**

**PRESIDENTE  
MARCOS ZERBINI - PSDB**

**13.12.2016**

**CPI - MERENDA****13.12.2016**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Havendo número regimental, declaro reaberta a 21ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízo ao erário público.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Barros Munhoz, Alencar Santana Braga, Estevam Galvão, Adilson Rossi, Coronel Camilo, Delegado Olim, Beth Sahão, Marcia Lia e José Zico Prado.

Como é de conhecimento de V. Exas., nós estamos retomando a 21ª reunião, que foi suspensa para que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas pudessem analisar o relatório apresentado pelo relator, bem como, se quiserem, para apresentar relatório alternativo. Passemos à discussão do relatório.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Exa. e todos os colegas deputados, os servidores presentes, a imprensa e os estudantes que acompanham mais uma vez esta reunião da CPI da merenda. Quero relatar um pouco a dificuldade que nós tivemos para acessar algumas informações.

Ontem, nós recebemos da Comissão da CPI, por volta das oito horas da noite, um comunicado no qual constava um relatório sobre a quebra de sigilo telefônico do Marcel. Para nós, era fundamental a análise disso, porque há dúvida sobre o início de toda a trama: se é o Sr. Marcel que recebe o telefonema do Sr. Jeter, ou se é o Sr. Jeter que vem aqui por acaso, ou melhor, se é o Marcel que vem aqui por acaso, como diz o Jeter. O Marcel, em sua delação, diz: “Me ligaram neste número para eu ir ao gabinete”. Isso chegou para nós às nove horas da noite, então a possibilidade de uma análise detalhada sobre a informação fica comprometida.

Quero deixar expressa, e venho repetindo isto nas duas ou três anteriores, a necessidade de reencaminharmos o pedido a todos os órgãos que tinham obrigação de mandar documentos a esta CPI, que atualizassem as informações. Fizemos isso, mas infelizmente não sei se todos esses pedidos foram realizados.

Darei outro exemplo: a questão da 6ª Vara de Bebedouro. Ontem, chegou também um comunicado dizendo que o cartório de lá recebeu e estava remetendo o nosso pedido para a análise do juiz da 6ª Vara. Ora, nós precisamos da informação, precisamos escutar os áudios que lá estão. Disseram-me que esses áudios seriam importantíssimos para um maior esclarecimento sobre o que ocorreu de fato em relação à operação Alba Branca, mas nós não tivemos acesso.

Portanto, deputado Barros Munhoz, mais uma vez dialogo com V. Exa., que fez diferentes intervenções. Eu também fiz intervenções nessa questão, e em todas elas procurei sempre defender o poder da Assembleia Legislativa e as nossas prerrogativas, as nossas competências de investigação.

A negativa do juiz da 6ª Vara de Bebedouro é uma ofensa gritante à Assembleia Legislativa, ao Poder Legislativo, não somente à CPI. É uma ofensa dizer que nós não poderemos ter acesso àqueles documentos. Nós ficamos prejudicados em uma análise mais detalhada em relação àquilo que constava e que consta no processo que tramita perante a 6ª Vara.

Darei outro dado absurdo: se o Poder Judiciário - e há um debate nacional sobre seu superpoder em relação aos demais... Como disse há pouco, eu reiterei diversas vezes a necessidade de pedir a atualização de todos os órgãos, inclusive dos órgãos internos da Assembleia Legislativa.

Além de fazer isso em plenário e ter o aceite do presidente, que é um homem de bom senso e tomou essa decisão, eu oficiei a SGA para que nos atualizasse acerca do processo administrativo em relação ao servidor Jeter e ao servidor Merivaldo, que foi concluída a sindicância e encaminhada a abertura do processo legislativo. E a resposta, até agora, não tivemos a documentação.

Há suspeita de que o Jeter, até agora, não foi citado para vir dar depoimento no processo administrativo. Passaram quase dois meses da conclusão, que foi dia 27 de outubro. Qual o problema nisso? Porque o prazo contra ele só passa a correr a partir da citação, 60 dias. E há pessoas da Casa, da SGA, que dizem que só poderia valer o depoimento dele se ele fosse assistido de advogado, porque se ele não vier com advogado não poderia ser ouvido, apesar de ele, em diversos lugares, ter sido acompanhado de advogado.

Então, isso também nos prejudicou. Tivemos a resposta, ontem à noite. Fiquei aqui até umas 11 horas da noite; estava esperando os documentos. Aí fui avisado, por volta das 21 horas, que nós poderíamos ter acesso. Isso o procurador Alexandre Issa



Kimura e a procuradora Iris Kammer nos responderam, ontem à noite, que teríamos acesso, porque foi mandado ofício para um lado, ofício para o outro para saber se poderíamos ter acesso.

Então, presidente, quero deixar isso relatado, porque essa suspeita de não intimidação do Jeter é grave, gravíssima. Eu não posso afirmar, no meu relatório, se ele foi citado ou não, porque não tenho a informação oficial. Eu tenho a suspeita. E terminarmos, escrever algo com suspeita, é péssimo, é péssimo, mas o meu primeiro ofício foi no dia 5 de dezembro e meu primeiro pedido aqui, com certeza, foi anterior a essa data. Como não recebi informação, protocolizei, como deputado, membro da CPI, para ter acesso a essas informações.

Então, quero deixar isso registrado, porque considero essa lacuna, esse não recebimento de informações algo gravíssimo para concluirmos o nosso trabalho, passando um retrato fiel de tudo aquilo que a CPI fez, de todas as providências e da atuação de todos os órgãos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Em discussão o relatório.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, é regimental pedir a leitura do relatório. Os relatórios são grandes, os dois relatórios. Eu queria que, pelo menos, a conclusão do relatório fosse lida. Não vou pedir a leitura completa, primeiro porque, com todo o respeito, deputado Estevam, a parte expositiva do relatório de V. Exa. acaba priorizando, relatando a questão do programa nacional, da atribuição da secretaria, e acaba não detalhando parte daquilo que ocorreu durante os trabalhos da CPI. Mas acho que ler as conclusões, pelo menos, seria importante, para que todos tenham o devido conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, o relatório foi disponibilizado para todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas desta Casa, bem como, inclusive, para a imprensa depois de apresentado; à disposição de todos que quisessem nesta Comissão. Em função disso, não acredito que seja necessária a leitura do relatório.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, é que eu não sei, na verdade, quem estava aqui na reunião anterior, nem quem está nesta. E particularmente considero algo regimental. Vossa Excelência decide se faz a leitura ou não.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, foi dada ciência pública. Nós paramos uma semana a CPI para que todos pudessem ter acesso. Foi disponibilizado o acesso para todos. É completamente desnecessário. Todos aqueles que quiseram procurar informação sobre o relatório tiveram acesso, inclusive, pessoas comuns que não são nem da imprensa, nem de lugar nenhum.

As regras da discussão são as mesmas para o encaminhamento, para a oitiva de testemunhas: cinco minutos para quem não é membro, quem é suplente, e dez minutos para os membros desta comissão. Aberta a inscrição, mas antes o pedido de questão de ordem do deputado Carlão Pignatari.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Primeiro, quero cumprimentar todos. Vossa Excelência respondeu a minha pergunta, porque eu iria fazer uma questão de ordem para saber se estava disponibilizado a todas as pessoas interessadas. Vossa Excelência já respondeu. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A todos. A determinação foi dada na reunião passada. Aliás, nesta reunião, quando foi suspensa na semana passada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O relator faz uma exposição inicial sobre o relatório dele, fazendo a defesa? Eu queria entender um pouco como é que vai se dar esse rito aqui.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A compreensão que tenho é que o relator, se quiser fazer uma exposição inicial, pode fazer, mas que ele deve ser o último a falar, para que ele faça as considerações sobre aquilo que for levantado pelo Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vai fazer uma defesa do relatório? Pelo menos para sabermos se concordamos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, todos tiveram ciência do relatório. Se o relator quiser fazer uma exposição, obviamente que ele pode fazer.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Nós vamos aguardar a discussão, e ao final, então, vamos fazer as nossas colocações como relator.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sr. Presidente, a fala do relator pode ser dentro dos dez minutos regimentais que ele tem para fazer a sua fala e sua defesa do relatório.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Aberta a inscrição.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, tem alguém inscrito?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por enquanto, não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Estou me inscrevendo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Inscrito o deputado Alencar Santana Braga. Tem V. Exa. dez minutos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, ...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Na verdade, aqui não temos uma regra para a inscrição. Como o relatório é final, entendo que todo... Vamos estabelecer a mesma regra, uma hora, a partir de agora, para quem quiser se inscrever.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não estamos aqui tomando depoimento. Nós estamos no debate sobre o relatório. Deputados vão chegar, isso é praxe de qualquer comissão. Por favor! Pessoas vão chegar, alguns deputados. Se limitarmos o tempo em relação... Lógico que se terminar toda a discussão e depois chegar alguém, aí é outra conversa. Agora, dizer que há um tempo "x", aí também é...

Mas em relação aos depoimentos, deputado, porque havia vários depoimentos. Sempre tinha um na sequência do outro.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tudo bem, tem lógica o argumento de Vossa Excelência. Fica determinado o seguinte: enquanto houver orador inscrito falando, se qualquer deputado ou deputada chegar e quiser se manifestar, fica garantido o direito de inscrição e de fala do deputado ou deputada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ok.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Então com a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga, por dez minutos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, estamos aqui nas reuniões da CPI desde junho. Ouvimos diversas pessoas, lemos diversos documentos, buscamos informações nos diferentes órgãos e procuramos agir não como o justiceiro, mas com coerência, também com base nos princípios da Justiça.

Entendo que o relatório tem que ser uma transcrição fiel daquilo que nós ouvimos, daquilo que nós lemos, sejam documentos e depoimentos aqui prestados, ou documentos diretamente desta CPI, ou informações que chegaram dos diferentes órgãos.

Fizemos tudo o que gostaríamos? Não. Há coisas que poderiam ser feitas ainda? Sim. Por exemplo, acareações, e digo acareação do Sr. Jeter, do Sr. Merivaldo, no mínimo, considerada, inclusive pelo presidente desta Casa, determinando numa reunião, no dia em que o Merivaldo veio, que ela aconteceria. Isso está em ata.

Gostaríamos de depoimentos, por exemplo, da Sra. Vanessa Paciello. Ela não é só testemunha. Se aquele contrato entre a Coaf e a Paciello era ou não destinado para pagamento de propina. Ela é parte, ela também é uma criminosa, porque ela assinou o contrato, consciente que era para lavagem de dinheiro. E ela sequer foi ouvida nesta CPI. E pior: a informação que temos, até agora, nenhum órgão de Justiça. Além de não ser ouvida como testemunha, não está sendo ouvida na qualidade de ré, que ela também é.

Essa é uma grande lacuna desta CPI, deputado Olim. Como pode? Três pessoas assinaram o contrato, dois contratos. Duas pessoas afirmam a mesma coisa: esse contrato era para pagamento de propina. E a dona do escritório, como é que fica? Como

fica ela? Tranquila no seu lar? Não aconteceu nada em lugar nenhum. Ela foi ouvida, ela cometeu crime, ela tinha que ser ouvida por esta CPI, e não foi. Isso também é uma grande lacuna.

Lacuna também é a não oitiva, o não depoimento aqui do Sr. Leonel Julio, que deu declarações importantes, sim, à Procuradoria de Justiça. Ele tinha que ter vindo a esta CPI, assim como não ouvimos também outras autoridades citadas. Então, considero que houve lacunas.

Mas também tivemos avanços, temos que reconhecer. Se a CPI serviu para, de certa maneira, deixar mais clara, mais nítida para parte da opinião pública e também para esta Assembleia Legislativa aquilo que ocorreu na Operação Alba Branca, ela também ajudou a desvendar que dentro da Educação existia um grupo que agia como uma rede de negócio, fraudando contratos, deixando que documentos falsos passassem sem qualquer análise, sem qualquer rigor. Que processos de licitação, no caso a chamada pública, fossem abertos de forma indevida, que contratos fossem vencidos com valor maior do que o de referência. Ou que o valor de referência fosse construído a partir de três orçamentos da mesma empresa, no caso da Re-Ali, na contratação de pão de forma integral.

Então, tivemos avanços, e foram coisas que desvendamos aqui. Não estavam aos olhos, em um primeiro momento, na investigação judicial ou policial e nós, aqui, desvendamos. Desvendamos a participação efetiva na prática de crimes de servidores da Educação. E com um comando, porque como pode um processo ser publicado no Diário Oficial sem a assinatura de alguém se a pessoa cujo nome está lá disse: “Não assinei porque eu sabia que era irregular”? Então, quem mandou publicar? Alguém acima dela. Como pode esse outro diretor assinar algo, também de forma indevida, e depois admitir aqui, quando indagado: “É, se eu assinei foi de forma irregular”.

Quem mandava? Será que foi a pessoa que recebeu o telefonema, cujos contratos, acima de 600 mil, como disse aqui o Sr. Rodrigo Pimenta, tinham que passar pelo crivo do chefe de gabinete? Ou, como disse o secretário Herman, aquele que disse que parece que era um sujeito estranho à Secretaria da Educação, que não tomava conta daquela secretaria, tentando se eximir de suas responsabilidades. E diz claramente: “O chefe de gabinete tinha responsabilidade e atuava na articulação junto às coordenadorias onde os contratos foram realizados”.

O Sr. Padula tem responsabilidade. Será que vamos permitir que o Sr. Jeter... Pasmem, senhores e senhoras, o Sr. Jeter foi aposentado no mesmo dia em que foi

ouvido na sindicância desta Casa, no mesmo dia, 17 de maio. A sindicância contra o Sr. Jeter, disseram que seria instaurada de forma imediata, em janeiro. Começaram os trabalhos da sindicância somente em maio e o Sr. Jeter foi ouvido na antessala, no mesmo local em que o presidente foi ouvido, pela Corregedoria do Estado, no dia quatro de março.

E se ele é ouvido, qualquer servidor que é ouvido em qualquer outro órgão - aqui estão o Coronel Camilo e o Delegado Olim, que devem saber disso muito bem, assim como o Barros, que já foi presidente desta Casa -, tem que ter o consentimento, a marcação por parte do Poder Legislativo, que tem que saber. E ele foi ouvido aqui, então a SGA sabia. O mesmo órgão que o aposenta é o mesmo órgão que soube que ele depôs aqui no dia quatro de março. E, mesmo assim, ele é aposentado no dia 17.

Ele é ouvido aqui dia quatro de março pela Corregedoria do Estado, estranhamente um assessor distante é ouvido na antessala. O mesmo local. Dá uma baita deferência ao Sr. Jeter. Alguns disseram que era um coitado, desculpem a palavra.

Ele é ouvido no dia quatro pela Corregedoria do Estado, assume as condutas que praticou de forma irregular, é ouvido no dia 17 e, no dia 17, despacho, aposente-se. O que ele falou de tão bom naquele dia que mereceria o prêmio? Isso consta do nosso relatório. Gostaria de saber, como falei no início, se ele já foi citado em relação à comissão processante ou não, mas não consigo afirmar. Não podemos afirmar porque a documentação não chegou para nós.

Não é o Poder Judiciário, agora, que nos desrespeita. São órgãos desta Casa que dizem a nós, deputados: “Vocês não vão ter acesso”. Qual o segredo? Qual o segredo que lá possuem? Eu também não sei, não vi. Esperamos que possamos ver depois, mesmo que a CPI termine hoje com a votação do relatório. Seria uma ofensa e aí, deputados, não importa se é situação ou oposição, importa defendermos nossas prerrogativas.

Deputado Estevam, pedimos, entre outras coisas... Vou continuar dessa parte e depois concluo minha outra fala, posso contar com alguns colegas aqui.

Não podemos ter essas lacunas, presidente, é péssimo. É contra nós. Passamos uma imagem horrível para a sociedade, de que não estamos atuando como deveríamos, que estamos nos utilizando de ardis, de artimanhas, para tentar obstruir, ou não, o trabalho da CPI. Queremos deixar isso de forma expressa.

E, ao contrário do relatório do deputado Estevam, a quem cumprimento, mais uma vez, com todo o respeito, pedimos a responsabilidade de mais gente na Educação. Seja o

Sr. Herman, pelas omissões, que, sabendo que coisas estavam acontecendo desde 2013, não tomou atitudes, seja pelo Sr. Padula, porque está claro que ali atuava um grupo sob o seu comando, sob a sua orientação. As pessoas que lá estavam e as pessoas que atuaram de forma ilegal nos contratos na Educação eram as pessoas que estavam com o Padula desde o início. O diretor disse: “A ele todo contrato era reportado”.

Então, temos que fazer a devida indicação para que não haja injustiça. Podemos não ter conclusões efetivas de uma prova contra alguém, mas também não temos conclusões efetivas que absolvem determinadas pessoas e, na dúvida, neste momento, devemos fazer a devida remessa à Justiça, para que continue a apuração.

Naquilo que houver dúvida, tem que deixar para que a Justiça apure. E nós, aqui, pedimos que essas pessoas sejam investigadas e apuradas, por exemplo, o Sr. Padula e o Sr. Herman, que não constavam do relatório inicial do relator em relação à Educação, para que também apurem a conduta deles. O Sr. Padula esteve lá durante dez anos. O mesmo prazo, por exemplo, em que o contrato irregular de transporte foi feito emergencialmente, o último por meio bilhão de reais. Haja emergência repetida por dez anos, mas aconteceu, por isso queremos que sua conduta tenha o devido rigor na apuração.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Sr. Presidente, eu gostaria de ceder meu tempo ao deputado Alencar Santana, para continuar a exposição, porque ficou até tarde da noite, então vai servir para que todos nós, os sete deputados que estão aqui, nos intercalemos para que possamos fechar nosso raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, nosso relatório também aponta o desserviço que a Corregedoria-Geral de Administração fez. Aquilo foi uma vergonha. Não analisou o que deveria ser analisado com o devido rigor, por exemplo, os documentos falsos. Não apontou a conduta irregular de servidores da administração.

E olhem o espanto, o Chebabi, que nós, deputados, gostaríamos de ouvir, convocado duas vezes a esta Assembleia Legislativa, a esta CPI, aqui se manifestou: “Eu não posso falar”.

Mas, estranhamente, ele vai à Corregedoria-Geral de Administração de peito aberto. Órgão que ele não tinha a obrigação de ir, mesmo se convocado. Primeiro que não cabia a convocação para ele, mas vamos dizer que a Corregedoria ousasse convocá-lo, ele não precisa nem de advogado, era só falar: “Não vou”, porque não tem poder algum, ele é um estranho à administração pública, não é servidor, mas lá ele depôs. E aqui não. Aqui ele não deu seu depoimento.

E a Corregedoria age praticamente como um órgão de defesa do Governo do Estado, e não como o órgão efetivo de controle interno que deveria ser, apontando lacunas. O prejuízo, só em um contrato da merenda do suco de laranja, foi de mais de oito milhões, e não sou eu que diz, é o Tribunal de Contas do Estado.

Muito me estranha que alguns colegas da CPI digam que nesse caso o Tribunal de Contas errou. Quando apontamos diversos erros do Tribunal de Contas, tantos outros contratos graves, todo mundo diz que dá certo. O que ele aponta é que o preço médio de um suco de 200 ml, salvo engano, é de 0,91 e o Estado contratou a 1,43. Ele aponta, para o suco de um litro, o valor de 2,50, e o Estado contratou por 6 reais e pouco. Essa diferença, multiplicada pela quantidade de suco contratada, chega a um valor de mais de oito milhões de reais em um contrato.

No outro contrato, como eu falei, quero aqui demonstrar a necessidade da auditoria. Estamos pedindo auditoria em todos os contratos que envolvem merenda no estado de São Paulo. Temos que ter esse rigor, porque é dinheiro público, é dinheiro que garante a alimentação dos estudantes nas escolas, que deveria ser uma alimentação de qualidade, mas, infelizmente, não é.

Então, pedimos, deputado Estevam, que haja uma auditoria em todos os contratos da merenda. Queremos saber se aquela orientação que houve para a carne estragada em uma escola em Mauá, que fosse descartada, se ela é corriqueira ou não e qual o prejuízo aos cofres públicos. É pago em duplicidade o valor? Ou não? Não sabemos. Não conseguimos avançar nesse quesito também.

Como eu falei, em outro contrato, se analisamos um só daqueles em relação ao pão, já se demonstra uma irregularidade grave, que também é o orçamento realizado.



Isso demonstra a necessidade de uma apuração mais rigorosa, isenta, independente, sobre os contratos da Secretaria Estadual da Educação, para que possamos apurar.

Há a suspeita - e a deputada Beth Sahão fez requerimento nesse sentido - da contratação de servidores, através da Fundação de Medicina, para prestar serviços técnicos na Secretaria da Educação. Por quantos anos foi isso? Qual é o valor desses contratos? Quais os servidores que foram contratados? Qual é a razão e a que título?

Não sabemos. As informações ainda não chegaram para nós. Aliás, o requerimento sequer foi aprovado ainda. Hoje, não há nem requerimentos em pauta. É por isso que queremos defender a necessidade de auditoria nesses contratos. Tudo aquilo que ouvimos e apuramos, não falei relatamos... Pessoas citaram, e nas delações... Uma das pessoas citou aqui, não me lembro do nome do depoente, mas está no relatório.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Já? Eu falo depois, senão não dará tempo de explicar o meu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A próxima inscrita é a nobre deputada Ana do Carmo. Quero ainda registrar a presença dos nobres deputados João Paulo Rillo, Luiz Turco e Gilmaci Santos.

**A SRA. ANA DO CARMO - PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos e dar os nossos parabéns ao esforço do nosso representante nesta comissão, o companheiro Alencar Santana Braga, para quem quero passar o resto do meu tempo. Que ele continue fazendo as explicações necessárias nesta comissão.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O pedido de V. Exa. é regimental.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Obrigado, deputada Ana do Carmo. Desde já, quero aproveitar para agradecer a todos os meus colegas de bancada que estiveram presentes nas diferentes reuniões e que ajudaram no debate, com

informações, sugestões e, às vezes, passando a palavra, como fez há pouco o deputado José Zico Prado e como faz agora a deputada Ana do Carmo.

Quero agradecer ainda ao nosso líder, deputado José Zico Prado. O papel da assessoria da bancada foi fundamental para que prosseguíssemos. Em seu nome, quero agradecer à assessoria da bancada e a todos os assessores envolvidos dos diferentes gabinetes que ajudaram neste trabalho.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Em especial o Luiz, o Cafu e o Alberto.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É isso aí. Acho que vários ajudaram, como a Ana, a Cléo, a Tati, o Rosário, a Kátia, a Marina, o Tácito, Odete e Luiz. Quero agradecer a todos.

Sr. Presidente, foram feitas citações - e nós não aprofundamos nessa questão - sobre o suposto envolvimento de deputados federais. Citaram aqui o Baleia Rossi em relação à questão do Gustavo Spido. Nós não conseguimos trazer o Gustavo Spido aqui. Não posso dizer, de pronto, que aquela informação é verdadeira, porque não ouvimos a pessoa. Mas posso negá-la? Também não. Não posso negá-la.

Se eu fizesse isso, não estaria relatando. Estaria relatando outra CPI, não esta. Citaram aqui o encontro que houve no escritório do deputado Marquezelli. Posso negar? Não. Posso provar? Nós não aprofundamos. Citaram aqui também o deputado Duarte Nogueira - hoje prefeito, à época secretário -, que teria sido beneficiado por um dos contratos assinados com a Paciello. Temos elementos aqui para provar? Não.

Então, nós remetemos esse pedido à Procuradoria da República para que analise todo o conjunto das informações e tudo aquilo que consta na delação e tome a medida que achar cabível, se houve conduta criminal ou eventual reparação cível. Assim pedimos no nosso relatório, porque fazer o inverso seria uma omissão da nossa parte, e não quero assim ter agido.

Aqui na Assembleia Legislativa, durante alguns depoimentos, pessoas citaram que parte do valor do contrato, uma percentagem daquilo, iria ao presidente desta Assembleia, deputado Fernando Capez. Seus assessores foram citados e envolvidos, assinaram contratos e receberam cheques. Na conta dos assessores Jeter e Merivaldo, foram encontrados valores. São valores semelhantes àqueles do contrato de 4,5%, os quais seriam destinados à campanha, segundo o depoimento dos delatores.

Temos elementos para concluir que chegou ao destinatário final, o deputado? Não temos análise precisa em relação a isso, mas temos os dois delatores, Chebabi e Marcel, que colocam em risco tudo aquilo que falaram, colocam em risco o maior bem que têm, que é a sua liberdade, se não provarem o que delataram. Os dois citam também que o deputado teria sido beneficiado, assim como citam o deputado Duarte Nogueira.

Nós pedimos que os assessores também sejam devidamente punidos. Pedimos à Procuradoria de Justiça que aja com o devido rigor, mas com a devida justiça. Que apure a conduta do deputado, se ele foi destinatário, se ele foi beneficiário ou não dos valores encontrados na conta do Merivaldo, dos valores de 4,5%, assinados no contrato com a Paciello, que seria destinado a ele.

Apontamos isso. Não consigo afirmar que o dinheiro estava na conta. Não temos como afirmar que o dinheiro estava na conta do deputado, mas não podemos afirmar o inverso, porque a história tem elos e elementos que dizem que aquilo que os delatores relataram é verdadeiro. Ainda não chegamos a um desfecho final.

Portanto, espero que a Procuradoria de Justiça aja e faça o que tem que fazer, mas que aja com o devido rigor. Daqui a pouco, irei ler. Desculpe-me, desembargador Dr. Sérgio Rui. Não o conheço, mas a pergunta que ele faz ao deputado demonstra uma deferência e um tratamento de quem não quer investigar.

Irei relatar o que lembro. Se alguém tiver fácil, por favor, me passe. O desembargador faz uma pergunta. Sabe o que ele pergunta? “Ilustre deputado, ilustre promotor público, brilhante presidente da Assembleia, sufragado nas urnas como o mais votado no Estado, consagrado politicamente por três mandatos, ilustre jurista e autor de obras jurídicas.” Depois elegia o advogado do deputado.

A pergunta, para espanto, é a seguinte: “Maquiavel diz que o homem público tem que bem escolher os seus assessores. Por acaso, V. Exa, escolheu bem os seus assessores ou V. Exa. foi traído?”.

Essa é a pergunta. Desculpem-me, mas se pegarmos os outros depoimentos na Procuradoria, que houve no TJ, o desembargador faz perguntas a todos os demais sobre o caso. Ao deputado, ele fez elogios e levantou a bola. Até a pessoa mais simples diria que foi traída. Era simples dizer aquilo, e essa foi a pergunta. Espero que haja investigação com a devida justiça e transparência, sem pré-julgamento, como vemos pela imprensa, mas sem pré-declaração de inocência.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O próximo inscrito é o nobre deputado Luiz Turco.

**O SR. LUIZ TURCO - PT** - Para continuar com o deputado Alencar Santana Braga, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O pedido de V. Exa. é regimental.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, quero pegar aqui a pergunta para fazer a leitura. Da mesma maneira, nós pedimos em relação ao Licá. Não tivemos a oportunidade de ouvir o servidor Licá, porque naquele dia houve agressão aos estudantes que queriam entrar no plenário. A bancada do PT, em solidariedade, porque também não deixaram o deputado José Zico Prado entrar no plenário, se retirou daquela reunião.

Não iríamos continuar em uma reunião com aquela violência imperando do lado de fora. Naquele dia, eu mesmo recebi gás de pimenta pelo forte aparato que a Assembleia Legislativa teve da Polícia Militar a mando de quem comanda esta Casa. Por isso, fizemos o nosso protesto. Não tivemos oportunidade. (Manifestação dos presentes.) O Sr. Licá...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Um minuto só. Por favor, sem manifestações. Nós trouxemos esta CPI até aqui. Por favor! Irei solicitar à polícia para que fique atenta. A próxima palavra que o rapaz de preto, que está à frente, preferir, por favor, retire-o do plenário. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, o Sr. Marcel, que é a segunda pessoa que faz a delação... O Chebabi entrega a operação dos lobistas e também diz os políticos beneficiados. O Marcel que só é encontrado - estava foragido - depois que seu pai é preso, também faz delação. E faz delação no final de semana perante o Dr. Smanio, à época.

Faz delação, dispensando, em um primeiro momento, o seu advogado, Dr. Pedro Menin. O Dr. Pedro Menin teria orientado que ele não delatasse. Querendo delatar, ele dispensa o advogado e contrata, naquele mesmo sábado, outra advogada, que o

acompanha na delação. Lá, ele fala do encontro com o amigo Licá, da conversa com o amigo Licá, do encontro com o amigo Licá com o deputado no escritório da Rua Tumiaru. Isso por três vezes. Mas nós não tivemos a oportunidade de aprofundar.

Estranho que, depois, o Sr. Jeter entre em cena, a mando de alguém... Pois o Marcel não o procura. O Marcel procura Licá e, depois, Licá junto com o Capez, mas o Jeter procura o Marcel, porque alguém determinou que assim fosse. O Jeter era um servidor do gabinete e, pelo relato, fazia atendimento e alguns encaminhamentos. Se ele entra em contato com alguém é porque alguém determinou que ele entrasse em contato. Não sei se foi o Licá, não sei se foi o deputado, pois o Jeter não disse isso aqui e, com o Licá, não conseguimos tirar essa dúvida.

Então, pedimos que o Licá também tenha a sua conduta investigada pela Procuradoria de Justiça e tenha sua conduta investigada por esta Casa. Há uma sindicância em curso que não concluiu os trabalhos em relação a ele. Queremos que essa prorrogação também faça a devida apuração em relação ao Licá.

Então, Sr. Presidente, em síntese - depois voltarei a falar -, os nossos encaminhamentos são esses: à Procuradoria de Justiça, das condutas criminais das pessoas que envolvem o contrato do Estado, da Educação, da Coaf; lobistas; no caso, do deputado Capez, que tem foro privilegiado; secretários, chefes de gabinete, Moita, servidores, enfim...

Pedimos também ao Ministério de Ribeirão Preto que apure a conduta das pessoas que aqui estiveram, mas que tem relação direta com contratos municipais, como do Girardi, do Emerson, do Sr. Joaquim, do Sebastião Misiara.

À Procuradoria da República, aquilo que envolve os deputados mencionados onde nós também não conseguimos aprofundar as investigações.

Ao Tribunal de Contas, como eu falei, para que cesse e não registre a aposentadoria do Jeter, como já teve o encaminhamento da sindicância, pois, se for registrada, somente uma ação judicial poderá cassá-la. Do contrário, a própria Assembleia poderá. Esperamos que não exista nenhuma artimanha em relação a isso. Então, sugerimos ao tribunal auditorias e outras medidas que consideramos pertinentes para aprofundar a análise sobre os contratos.

À Corregedoria, pedimos que aja com o maior rigor, a maior transparência e a maior vontade no esclarecimento e punição dos servidores do estado.

À Mesa Diretora, que casse a aposentadoria do Jeter, tome medidas contra o Merivaldo, como a demissão, e prossiga na sindicância contra o Licá. Além disso, o

Jeter fez aqui uma acusação grave contra o Merivaldo, de ameaça. Isso tem que ser apurado. Houve ameaça ou não, para que ele tivesse aquele benefício do contrato?

Em síntese, é isso. Quero, mais uma vez, parabenizar todos os estudantes. Se há esta CPI, se há esse resultado, ainda que não seja 100% satisfatório, mas com avanços, isso se deve à luta de vocês, desde o início, com movimentos, ocupações e acompanhamentos na Assembleia Legislativa. Da mesma maneira, deve-se à opinião pública e, da mesma maneira, às torcidas organizadas, em especial a Gaviões, que levou o protesto político para um espaço que não era tradicional de manifestação e fez o caso da merenda tomar outra dimensão. Também merecem o nosso respeito e consideração. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor.

**A SRA. MARCIA LIA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM** - Sr. Presidente, o Regimento Interno desta Casa, quando trata das comissões, por volta do Art. 49, do Art. 50, quando chega ao Art. 56, estabelece que o relatório deve ser lido. Se V. Exa. me permite, vou ler o Art. 56 do Regimento Interno da Casa:

**“Artigo 56** - Lido o voto pelo relator, ou à sua falta, pela deputada ou deputado designado pelo presidente da comissão, será ele imediatamente submetido à discussão.”

Entendo que o relatório, salvo melhor juízo, pois é o Regimento que estabelece, deve ser lido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputada, essa questão já está superada. Já estamos na fase de discussão do processo. Volto a insistir que todo o...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Então vamos descumprir o Regimento? É isso?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não. O relatório, além de ser entregue individualmente a cada membro desta comissão em papel, ficou à disposição de todos os que quisessem conhecê-lo na íntegra. Então, foi dada toda a publicidade necessária ao relatório.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que é praxe, a não leitura. Não é nenhuma exceção, o que se está fazendo.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - É praxe, mas, se algum membro da comissão discordar, ele tem que ser lido. Desculpem-me.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Apenas se a maioria discordasse.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Gostaria de registrar que, até aqui, temos conduzido esta CPI da forma que melhor atendesse às questões que estamos levantando. Quero registrar que estamos abrindo um precedente e que também temos o mesmo direito na Comissão de Finanças e Orçamento, quando exigimos que seja lido o Orçamento do Estado. Estamos fazendo uma concessão, neste momento.

Não queremos ficar fazendo... Esta CPI não vai acabar agora. Pode ser entregue o relatório, mas a discussão política vai continuar. Então, queremos deixar isso registrado, para que não fiquem colocando nas costas da bancada do PT aquilo que não merecemos, que é de fazer uma CPI que deixa, para a opinião pública do estado de São Paulo, a maior transparência possível.

Com o deputado Alencar Santana, que é o nosso membro efetivo, fizemos tudo o que pudemos, dentro das condições que a CPI nos ofereceu. Então, quero dizer que a nossa bancada tem todo o direito de reivindicar a leitura dos dois relatórios, tanto o da situação quanto o da oposição. Se é isso, nós podemos retroceder. É isso que entendi que o nosso membro, o deputado Alencar Santana, flexibilizou. Estamos respeitando esse precedente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Apenas para me contrapor ao deputado Barros Munhoz, gostaria de saber se é voto da maioria, a questão da leitura do relatório, ou se é uma decisão consensual de todos os membros. E se um dos membros não concorda com isso? Gostaria de perguntar isso, se V. Exa. souber nos responder.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - O Regimento não fala que tem que ser submetido à maioria. Ele diz que o relatório tem que ser lido.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Olha, não vou entrar nesse detalhe, pois sempre foi feito dessa forma. Todo ano, ao final do ano, acontece isso. Começa-se lendo o relatório e depois... É o entendimento parlamentar, é para facilitar o andamento dos trabalhos, é pura e simplesmente isso.

Acho que V. Exas., sinceramente, andaram muito bem nessa matéria. Todos nós já lemos o relatório, todos nós tivemos essa oportunidade. Enfim, acho que foi inteligente a medida, tanto assim que o deputado Alencar questionou sobre tudo aquilo que desejava arguir.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ainda faltam muitas coisas, não é? Se me permitem entrar nas questões dele...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Mais algum deputado inscrito?

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM** - Sr. Presidente, o seu assessor - não sei se ele é da Casa ou do seu gabinete - acabou de orientá-lo - eu estava ali ainda -, dizendo a V. Exa. que V. Exa. falhou.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Ele não disse isso, deputado.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Eu disse, eu estava dizendo que V. Exa. falhou, pois só se dispensa a leitura de atas ou de relatórios se houver acordo. Se não há acordo, cumpra-se o Regimento. Então o assessor disse: “Agora, que já começou a ler, não pode mais”. E eu disse a ele: “Você deveria ter instruído no começo, que tinha que ler o Regimento, sim, se o deputado desejasse”.

Então, é constrangedor. Não sei o que vamos fazer. Vamos parar a CPI, vamos permitir a votação? Vossa Excelência, de maneira flagrante, está desrespeitando o Regimento. O relatório tem que ser lido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Registro a presença do nobre deputado Jorge Caruso, que tem uma questão de ordem.



**O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente,** eu cheguei cedo e estava acompanhando toda a discussão de meu gabinete, inclusive o início, pertinente à leitura do relatório.

Parece-me, primeiramente, que, para se começar a discussão, ou se faz a leitura ou não se faz a leitura. Essa etapa já foi pulada, então acho que essa discussão é inócua, em primeiro lugar.

Independentemente disso, houve, por parte dos membros da CPI, naquele momento, por meio da manifestação do deputado Alencar, uma concordância, ao final, de que não haveria a leitura do relatório. Então, houve, sim, tacitamente, essa concordância. Com todo o respeito, essa etapa já foi pulada, já entramos na discussão e não temos que ler mais coisa alguma. Essa é a minha opinião, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Deputado,** não houve concordância. Podemos pegar o áudio novamente.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Se não houvesse concordância,** não poderíamos ter começado a discussão.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Não houve.** O presidente simplesmente atropelou o Regimento e deu início.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente,** houve, na semana passada, um acordo para suspender a sessão e continuar, para que pudéssemos apresentar o nosso relatório paralelo. Não houve uma decisão sobre a leitura ou não leitura do relatório aqui na reunião. Fiz essa indagação no início e não estava, inicialmente, com esse artigo do Regimento que diz: “Lido o voto pelo relator, ou à sua falta, pela deputada ou deputado designado pelo presidente da comissão, será ele imediatamente submetido à discussão”.

Há a praxe, como o deputado Barros disse, de fazer acordos para não se fazer a leitura. Não há problemas, se houver esse acordo. Porém, eu até indaguei se o relator não iria falar um pouco sobre o relatório. Já usei a palavra, é verdade, o meu tempo, o do deputado Zico, da deputada Ana e do deputado Turco. Mas parece que o nosso relatório é o oficial. Estou tendo que fazer a defesa dele.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Há uma nulidade visível nesse processo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Somos nós que estamos fazendo a defesa. “Mas o relator falar por último”... Ele tem que expor para todos nós. É verdade que algumas pessoas eventualmente leram. Talvez nem todos os deputados tenham lido. E sabemos que não conseguem ler.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Deputado, acho que é diferente. Se o relator estivesse entregando o relatório hoje, acho que essa compreensão seria plenamente justa. Ou ele faz a leitura ou suspendemos por um tempo para dar ciência, e lê-se a conclusão. Mas o relatório foi entregue há uma semana. Então, já houve um conhecimento de todos com relação ao relatório. Daí a concordância tácita de todos, no início dessa reunião, em não fazer a leitura. Essa matéria, portanto, me parece totalmente superada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado, em primeiro lugar, nesse caso não há uma concordância tácita. Eu fiz a questão e, de fato, não conhecia esse artigo do Regimento. Mas ainda indaguei sobre a importância de o relator expor seu relatório, fazendo uma síntese, como procurei fazer do nosso. Não se trata de detalhes; não é a leitura de cada vírgula, cada parágrafo, cada letra. Mas pelo menos uma síntese. O papel é frio, mas o argumento não necessariamente. Talvez nos convencesse, e deixássemos de lado nosso relatório. Precisaríamos entender as razões. Mas aqui estamos fazendo o inverso: estamos expondo como se o nosso relatório fosse o julgamento. Mas se for isso, eu também topo. Vai que vocês consideram que esse é o oficial. Não há problema. Se houver acordo, está tudo bem por nós.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - O próprio deputado José Zico Prado deixou muito claro. Logo no início, quando se falou sobre a leitura e foi colocado que o relatório foi entregue há uma semana, V. Exa. concordou e, como bem disse o José Zico Prado, flexibilizou. Assim, concordou de forma tácita que não se leria o relatório. Tanto que se iniciou a discussão. Essa parte deve ser pulada, já passou, como bem disse o Jorge Caruso. Agora, já estamos em discussão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado, é que o presidente disse: “Abriu a discussão”. Se não me inscrevo para discutir, eu perco a palavra. Eu queria pelo menos falar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, por favor. No Regimento, não está expresso que o relatório deve ser lido. Vou ler o artigo: “Lido o voto pelo relator, ou à sua falta, pela deputada ou deputado designado pelo presidente da comissão, será ele imediatamente submetido à discussão.”

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Ele tem que ser lido. É uma questão de nulidade, Sr. Presidente. Vou questionar a Presidência desta Casa. “Lido o relatório ou indicado alguém para lê-lo”.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputada, com todo respeito, a função da leitura é dar ciência a todos do relatório. Esse relatório ficou à disposição dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas por uma semana. Se V. Exas. quiserem tomar qualquer medida, que a tomem. Mas entramos em discussão, e não cabe mais questionar essa matéria. O relatório está sendo discutido, e é a discussão que tem de ser retomada. Se não houver mais nenhum orador inscrito... Deputado Barros Munhoz está inscrito. Essa questão de ordem está encerrada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu gostaria de me dirigir ao deputado Estevam Galvão: a concordância é tácita, mas não foi explícita. O Regimento é claro: “Lido o relatório”. Supõe-se que o relatório tem que ser lido. E embora nós estejamos de posse do relatório há uma semana, ao lê-lo... O deputado Alencar Santana Braga ainda foi bastante parcimonioso aqui, porque falou o seguinte: “Estou propondo que não leiamos o relatório inteiro, mas que façamos a leitura apenas das conclusões do relatório”. E nem isso conseguimos. E as conclusões são poucas páginas. Acho também que não só nós temos que saber disso, mas todo mundo: os estudantes que estão lá, os telespectadores da TV Alesp... (Manifestação nas galerias.) A opinião pública precisa ter conhecimento. Isso não tem que ser fechado para nós. Apenas isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputada, foi publicado na imprensa.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pois não, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, se V. Exa. tem o entendimento de que não é necessário fazer a leitura, pelo menos que o relator faça a defesa antes de os deputados da nossa bancada usarem a palavra.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - O relatório é o resultado fiel dos trabalhos da CPI. Não há necessidade de defesa, mas de que todos tenham conhecimento. Não vamos defender alguma coisa... Reproduzimos e retratamos o resultado dos trabalhos. É uma questão de dar conhecimento. O conhecimento foi dado, uma vez que entregamos o relatório há uma semana.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sr. Presidente, com todo o respeito ao deputado Estevam Galvão, o relatório é fiel do ponto de vista dele, não do ponto de vista de todos nós que participamos assiduamente.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Bem por isso, ele está sendo discutido.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Pois é, por isso nós precisamos que V. Exa. o apresente e explique.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Apresentar, foi apresentado. Não é uma questão de defesa.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Entendo que ele tem que ser lido.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só para esclarecer: deputada, há duas interpretações com relação ao artigo. “Lido o relatório pelo relator, ou à sua falta...”

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - À sua falta, designa-se alguém para fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É uma interpretação.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Não, aí é piada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, essa etapa já está vencida.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, sobre essa cortina de fumaça que se criou aqui: é absolutamente indiscutível que a finalidade de dar conhecimento do relatório foi atendida. Há dezenas, ou talvez uma centena de anos ou mais, aqui nesta Casa.... Por exemplo, daqui a dois ou três dias, ou uma semana, vai acontecer isso de novo. O PT exige a leitura do relatório, começa-se a ler o relatório e aí se faz um acordo e para. Houve um projeto de lei aqui em que o Rui Falcão começou a ler o relatório alternativo. O deputado José Zico Prado se lembra...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Li uma boa parte.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Demorou 17 horas. Mas ele não tinha chegado à metade ainda. E, lá pelas quatro horas da manhã, ele chegou à conclusão de que era melhor parar de ler.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Então, V. Exa. reconhece que é obrigatória a leitura do relatório.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A finalidade aqui é dar impressão de que houve um massacre da... Faço uma sugestão, Sr. Presidente. São 20 páginas. Peço ao nosso querido deputado Estevam Galvão que proceda à leitura. E depois vamos em frente. Só falta um deputado para discutir, que sou eu. Vou discutir por dois minutos. Vamos perder tempo e ler 20 páginas do relatório, que todos nós já lemos. (Manifestação nas galerias.)

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, eu particularmente discordo. O senhor está lendo no Regimento “lido o relatório”. O Regimento não prevê a hipótese da apresentação prévia do relatório, da ciência com uma semana antes, da cópia remetida uma semana antes. A expressão “lido o relatório” significa dar conhecimento ao relatório. E esse conhecimento foi dado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, sugiro então que encerre a discussão e depois lemos as conclusões.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Aí, inverte-se a ordem dos fatores.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não há mais a discussão. Já foi encerrado o período de discussão. O deputado Alencar Santana Braga falou por 40 minutos.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não me inscrevi ainda.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu queria me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor.  
(Vozes sobrepostas.)

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, retiro minha proposta e partilho da opinião de que continuemos a reunião, como foi combinado no início. Se quiserem mudar o que está sendo feito, esta reunião vai demorar 30 dias. Não é possível isso.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Está inscrito o deputado Barros Munhoz.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, quero deixar aqui consignado nosso protesto sobre o entendimento regimental de que não é necessária a leitura do relatório. Nós teremos outras CPIs pela frente, e esse entendimento não é regra. Quero deixar isso bem claro e pedir para que seja remetida uma questão de ordem para a Presidência depois responder. Isso terá consequência em outras CPIs.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Feito o registro. Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos honra com sua presença, senhores da imprensa, colaboradores da Casa, é profundamente frustrante participar de uma CPI porque os seus poderes são extremamente limitados, a sua capacidade é extremamente limitada e ainda assim eles são desprezados por alguns Poderes, por algumas instituições que deveriam, mais do que o cidadão comum, respeitar o Poder Legislativo do estado de São Paulo.

Mas quero dizer que, apesar de tudo isso, com grande esforço, com a participação democrática da maioria da comissão, nós não rejeitamos 90% das solicitações feitas pelo deputado Alencar Santana Braga, o representante da oposição na comissão. Apesar de tudo o que temos a lamentar, acho que aqui fomos afrontados como deputado, como parlamentar; o Poder Legislativo foi afrontado, riu-se de nós descaradamente. Nós chegamos aqui a ouvir um Chebabi dizer que é agricultor familiar. E pior: vi algumas pessoas até quererem defender essa teoria, porque eu não sabia: foi o primeiro agricultor familiar do Brasil, é um “case”, isso merece ir para o mundo; que anda de Mercedes; que tem bilhões de reais na sua conta particular. Olha só que agricultura familiar fantástica o Brasil produziu! Um trilhadrário, um trilhadrário vem aqui falar isso: eu sou um agricultor familiar, comprei quatro (ininteligível).

Mas não são estas apenas as exigências para ser agricultor familiar e todos nós sabemos. Eu não vou entrar no mérito, mas tudo podia ser feito mais, eu não tenho a menor sombra de dúvida. Só que eu estou nesta Casa - com um intervalo de oito anos, quando voltei a exercer cargo no Executivo - desde 87 e nunca vi uma CPI que tivesse produzido tão bons resultados. (Risos.) Para prender o que uma minoria insignificante deseja, tem de prender o deputado Fernando Capez. Isso ela não determinou nem tem competência para fazer.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores! Por favor, retire o rapaz de preto.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Aí nós vamos esquentar o negócio aqui.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Se algum deputado colocá-lo para dentro de novo, vou representar na Comissão de Ética. Já falei.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Aí não, aí não. Aí não vamos concordar.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Vá lá deputada; segure lá.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não vou deixar que ofenda nenhum deputado aqui.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, não vamos fazer isso no último dia, vamos tentar ponderar com ele.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor, vamos fazer um acordo aqui. Os senhores não ofendem...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Peça para a PM parar, presidente.

\* \* \*

- Tumulto.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Acho que vai ter de esvaziar, não tem jeito.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, da mesma maneira que vocês estão dizendo que é agressão dos estudantes, tem deputado tirando barato dos estudantes.



**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Os senhores vão ficar sentados em silêncio? Se ficarem, não tem nenhum problema. Por favor, quem sai não entra mais.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Não sou obrigado a ouvir chamar de ladrão. Desculpe, Alencar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ficar provocando também não tem sentido, Delegado Olim.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado Barros Munhoz, V. Exa. está com a palavra.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Após esta lamentável interrupção, quero dizer que esta CPI indicou 23 pessoas físicas e duas pessoas jurídicas para responderem perante o Ministério Público, que é o que o Regimento determina, que a CPI pode fazer por responsabilidade criminal e civil. Sinceramente, eu acho que nunca houve uma CPI que tivesse produzido esse trabalho e cumprido o seu papel, que é esse mesmo: encaminhar ao Ministério Público e aos órgãos competentes as apurações que fez e da mesma forma prevê a responsabilização administrativa e para isso encaminhou os nomes à Secretaria da Educação do Estado e ao Tribunal de Contas de cinco servidores do estado.

Lógico que gostaríamos que muito mais fosse feito, que muito mais apurássemos, que fôssemos mais respeitados pelo Judiciário e pelos órgãos que nos sonegaram informações, que nós pudéssemos na realidade fazer um trabalho ainda melhor, mas eu não posso deixar de registrar, até porque não é um mérito da situação, o brilhante trabalho que V. Exa. exerceu da forma mais democrática possível, o brilhante trabalho do nosso relator, da nossa assessoria. Vou frisar bem: o brilhante trabalho feito pela oposição em geral, especialmente pelo deputado Alencar Santana Braga, e o brilhante trabalho dos deputados da situação também.

Acredito que chegamos a bom termo. É frustrante não podermos fazer mais. Lógico que é frustrante, mas também é gratificante dizer que cumprimos o nosso papel com todas as dificuldades, com todas as adversidades, e apresentamos à opinião pública de São Paulo não o que o Tramontina, da Globo, quer, que nunca na vida teve um voto,

nem sabe o que fala em algumas circunstâncias, embora seja um brilhante jornalista e homem de televisão, “que não terminou em pizza porque é pior que pizza”.

Lamentavelmente, o desconhecimento, a ignorância sobre os assuntos que afetam os interesses de São Paulo, a fixação de dogmas e, principalmente, o desencaminhamento das pessoas a certas questões levam a isso. Mas nós não estamos aqui para ceder ante esse tipo de obstáculo. Vamos continuar enfrentando, vencendo e cumprindo o nosso papel com consciência e responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Mais algum inscrito? (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. Ausente.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A deputada Beth Sahão se retirou para acompanhar o que está acontecendo, ver se há algum tipo de agressão, algum tipo de problema. Peço que ela possa utilizar o tempo assim que retornar, já que foi praxe em outros momentos aqui, na CPI.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental. Se ela retornar enquanto houver algum inscrito.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, peço que V. Exa. suspenda os trabalhos ou então que ela possa ser ouvida assim que chegar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentar os membros da CPI, efetivos, o presidente, o relator. Tivemos debates acalorados, às vezes reuniões mais tranquilas, mas apesar das divergências, todos têm o meu respeito e digo: com o bom debate, esta Casa produz mesmo nas divergências. Elas foram salutares e acho que conseguimos, de certa maneira, ter um convívio que permitiu que o trabalho transcorresse. Foi tudo da forma como eu gostaria? Não, mas acho que houve respeito nesse sentido.

Friso que a defesa do Poder Legislativo, em qualquer circunstância, é fundamental. Por isso, a menção do deputado Barros, no início, tem que ser

considerada. Um dia, somos oposição, outro dia poderemos ser situação. A regra tem que ser perene para todos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado João Paulo Rillo.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Sr. Presidente, eu peço a suspensão dos trabalhos por dez minutos. Os deputados que estão participando desta reunião, o mínimo de respeito que têm que ter pelos estudantes é esse, neste momento.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Até a imprensa já voltou, o negócio não é tão sério.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Deputado, eu gostaria que V. Exa. não tirasse sarro, porque está ficando insuportável a forma como V. Exa. e o presidente ...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Não estou tirando sarro, é que não dá para ficar aguentando o cara xingando. Vamos continuar para acabarmos logo. Felizmente, nós estamos aqui em número, vamos continuar, vamos pôr em votação.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Existe acordo para a suspensão?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu sou a favor de continuar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Da nossa parte há.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sem acordo, deputado. Vossa Excelência tem cinco minutos para falar.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Não é tão importante assim, desculpe.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Eu me referi aos deputados também, que estão participando.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Os deputados já vão voltar, V. Exas. estão em maioria. O principal está aqui.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Maioria?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Vossa Excelência está aqui.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas é importante que todos acompanhem o debate, até porque participaram outros dias.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Se saiu, saiu. Vamos continuar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Participaram de diversas reuniões.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o deputado João Paulo Rillo.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Sr. Presidente, é impossível começar a falar do encerramento da CPI sem relatar esse fato que, obviamente, terá desdobramento. A CPI começou com pancadaria da polícia contra estudante e termina com pancadaria da polícia contra estudante. Pior, com zombaria, com tiração de sarro de deputado, principalmente do presidente da CPI com estudante, a forma desrespeitosa como ele se referiu aos estudantes.

O deputado Barros disse que o Tramontina, os jornalistas não têm um voto. Eu queria dizer, deputado Barros, e não estou aqui para defender jornalista nenhum, mas não é porque nós temos votos, somos votados, que devemos desrespeitar aqueles que dão sentido a esta Casa. Não é porque somos eleitos que temos o direito de desrespeitar as pessoas, como o presidente fez com os estudantes.

Em uma democracia, essa não pode ser, porque senão vira um jogo de força, de quem tem poder e de quem não tem. É lamentável a sua falta de habilidade, a sua falta de sensibilidade, presidente, que desrespeitou, de maneira flagrante, o Regimento, do começo ao fim, inclusive hoje, não lendo o relatório, conduzindo de uma maneira

arbitrária, desrespeitando o Regimento, passivo de pedido de anulação. Eu sei que V. Exa. não está nem aí, V. Exas. têm a sensação de impunidade eterna no estado de São Paulo pela blindagem que V. Exas. têm, mas isso terá desdobramento.

Bem ou mal, esse relatório de mentira, porque é uma mentira, não aponta, não indicia ninguém, não aponta responsáveis, colabora com a tese farsesca de que se montou um esquema de corrupção sem a participação de um agente político, é óbvio que isso, do ponto de vista jurídico, pode até ser aliviado pela blindagem que V. Exas. têm, mas do ponto de vista político não, não será esquecido. Teve desdobramento político sim. É lamentável isso. Esse relatório é uma farsa, uma mentira. Com todo o respeito ao deputado Estevam Galvão, ele é fiel ao desejo da base de blindar o governador, ele é fiel aos desmandos do Governo do Estado e completamente desleal à expectativa do povo em relação à CPI. Vossas Excelências foram completamente complacentes com todos os agentes políticos diretamente envolvidos no esquema.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu apresentei uma contribuição ao voto em separado que a bancada do PT vai apresentar. Percebi pela leitura do deputado Alencar que muita coisa foi incorporada em relação à sindicância, mas não sei se foi ou não incorporado, se foi, tudo bem, se não foi, eu quero fazer um destaque à conclusão que vou também encaminhar ao Ministério Público, a todo mundo que tem o direito, mesmo que a CPI não queira.

É lamentável a blindagem em relação ao deputado Capez. Tem uma coisa descarada aqui. Se o deputado Capez estava envolvido no roubo da merenda ou não, o que nós queríamos era aprofundar para saber, não só ele, mas outros.

Agora, tem uma coisa, deputado Barros, que é flagrante. O deputado Capez manipulou os instrumentos da Casa, como presidente da Assembleia, para blindá-lo. O Sr. Jeter foi aposentado no meio da investigação, uma sindicância que demorou quase nove meses, que ficou quatro meses parada. Ele foi aposentado no meio da investigação. É óbvio que isso foi manipulado.

Não sei se vai constar no voto em separado da bancada do PT, mas eu vou apresentar, o mínimo que tinha que se pedir aqui é o afastamento do presidente da Assembleia, não apenas pelo envolvimento dele no escândalo da merenda, mas, principalmente, por manipulação administrativa. Ele manipulou e, se a Mesa Diretora também manipulou, também deve ser penalizada, seja de que partido forem, do PT, do DEM. A verdade é essa, teve uma manipulação para preservação do Sr. Jeter.

Onde já se viu isso, deputado Carlão Pignatari, nós que nos indignamos com a aposentadoria compulsória de juízes que são comprovadamente flagrados em abusos, nós estamos sendo complacentes com o presidente da Assembleia, que usou o seu poder. Ele montou uma sindicância que não deu em nada e ele aposentou um ex-funcionário do seu gabinete, que era de carreira na Casa, que está diretamente envolvido - é réu confesso. O Sr. Jeter é réu confesso na CPI da Merenda.

Sr. Presidente, meu tempo concluiu, eu não tenho muito o que falar. Infelizmente, a CPI termina de um jeito desastroso, humilhante para quem a compôs, para quem a acompanhou. Vossas Excelências deram um grande atestado do que é o PSDB no estado, embora as coisas estejam mudando. Vossas Excelências perceberam que esta semana, para concluir, Sr. Presidente, aconteceu talvez a coisa séria na vida impecável do Sr. Geraldo Alckmin? O seu secretário, hoje, inclusive, teve que vir aqui, às duas horas da tarde, obrigado pela Constituição. O seu cunhado e ele próprio foram delatados na Operação Lava Jato. Vossas Excelências têm conhecimento disso.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Vossa Excelência me concede um aparte, deputado?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir. Não, já encerrou o tempo, deputado.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - As coisas começam a mudar. Isso não vai parar por aí. Essa bandeira da pseudomoralidade levantada, essa fúria em julgar e condenar as pessoas se volta agora contra Vossas Excelências. É lamentável. Repito, a CPI começou muito mal e termina muito mal, começou batendo em estudante e terminou batendo em estudante.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Batendo em deputado também, viu?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A próxima inscrita é a deputada Beth Sahnão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, primeiramente eu quero...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Não adianta fazer cara feia, é verdade.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Mas deputado bate em PM aqui também.  
Como pode isso?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por favor...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu não bati em ninguém, V. Exa. pode ter certeza.  
E nem tenho força para isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Vamos com calma, deputado Olim! Vamos com calma! Deputado aqui nunca bateu em PM.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Vossa Excelência está chegando agora a Casa.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Questão de Ordem do deputado...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Graças a Deus!

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Eu não sei onde o...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Vossa Excelência bateu em PM aqui.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Não sei aonde o deputado Delegado Olim quer chegar com essa provocação barata. Eu fiz uma fala sem citar nenhum deputado, e o deputado falou de maneira gratuita, desrespeitosa, desqualificada, o que é típico da sua vida e da sua personalidade, porque eu nunca bati em PM.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu estava do seu lado.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Durma com esse barulho, eu não sou acusado por tortura. Torturador! Vossa Excelência é um torturador!

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu quero ser um torturador...

(Falas sobrepostas.)

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Vossa Excelência não tem comportamento parlamentar. Nós estamos concluindo, indignados, mas de maneira civilizada a CPI. Vossa Excelência é um provocador, típico de uma personalidade de torturador.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Está suspensa a reunião por cinco minutos.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, retomando a nossa reunião, passo a palavra, por cinco minutos, para a deputada Beth Sahlão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de entrar numa breve análise sobre essa CPI, queria aqui deixar minha indignação quanto à forma como ocorreram esses episódios ainda há pouco. Eu acompanhei.

Primeiro, Sr. Presidente, estes estudantes aqui... Eu não perdi praticamente nenhuma reunião da CPI. Em todas as reuniões da CPI eles se manifestaram. Em todas.



Embora V. Exa. sempre tenha ameaçado de tirá-los, isso, na verdade, dificilmente aconteceu.

Hoje, de uma forma absolutamente truculenta... Inclusive, um menor, um dos meninos que foram retirados forçadamente aqui...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Com um soco na barriga.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ele tem 15 ou 16 anos, e eu quero como... Eu e a deputada Marcia Lia, que trabalhamos nessa área da criança e do adolescente, vamos ver o que vai acontecer, porque nós vamos representar.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Responsável por ele é a polícia.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Nós vamos representar.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Tem que defender o cidadão e bate.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Por quê? Porque nós fomos lá na unidade, aqui, da Polícia Civil, e ele me disse que desceram com ele pelo elevador e que ele foi agredido. Então, nós vamos solicitar, inclusive, um exame de corpo de delito nele, no garoto. Certo?

A polícia... Olha, eu tenho o maior carinho por muitos deles. E eu não estou falando isso aqui para fazer linha com ninguém. Porque eles estão aqui, convivem conosco, nós encontramos eles de manhã, na hora do almoço, de tarde, de noite, enfim. É interessante essa nossa relação.

Agora, a maneira truculenta como eles fizeram hoje com esses dois jovens - inclusive com os deputados, eu não consegui chegar perto, porque foi um empurra-empurra.

O Raimundo Bonfim, nosso assessor - está aqui - foi derrubado. Eu vi ele sendo derrubado. Como é que essas cenas grotescas, rudimentares, podem acontecer em uma Casa Legislativa? Eu pergunto para vocês. Uma Casa que defende a democracia, uma Casa que tem que defender, obrigatoriamente, a participação popular. Senão, o que será dos nossos mandatos? Se nós não podemos aqui receber as pessoas para virem fazer, ou

protestar, ou aplaudir, enfim. É a liberdade de elas se manifestarem e se expressarem aqui.

Isso não é possível. Nós precisamos parar com isso. Qualquer respiro de qualquer manifestante, eles são ameaçados de serem retirados desta Casa. Isso tem de ser revisto. E de uma forma tão estúpida quanto foi. Como é que pode uma deputada ser agredida? Eu pergunto para vocês.

Aqui ninguém vai dar carteirada, mas nós somos autoridades. O que é isso? O que é isso? A polícia tem que nos respeitar da mesma forma que nós a respeitamos. Eu nunca desrespeitei nenhum deles aqui.

**A SRA. MARCIA LIA - PT -** Nem eu.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** E nem a deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT -** Pelo contrário.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** Uma mulher, ainda. Como que acontece isso? O deputado Zico está com a mão quase inchada, porque fomos proteger aqueles que sempre... Vamos morrer nesta Casa, se for o caso, protegendo eles. Porque é nossa obrigação fazer isso. Porque está no nosso DNA. Talvez não esteja no de vocês, mas está no nosso. E nós não podemos aceitar esse tipo de coisa. Vamos usar de todos os expedientes que o Regimento Interno nos permitir para fazermos os nossos protestos e os nossos encaminhamentos para que esse tipo de coisa não aconteça mais.

É lamentável. Já temos que lamentar, infelizmente, com todo o respeito, deputado Estevam Galvão - por quem tenho um profundo respeito, um profundo carinho - e deputado Barros Munhoz - que se posicionou na defesa do governo, na blindagem do governo, e fez isso com competência, há que se reconhecer isso. Mas, esse tipo de coisa não pode acontecer, de jeito nenhum.

Como é que uma CPI, na Assembleia Legislativa mais importante do País, termina dessa forma, melancólica e truculenta? Como é que pode isso?

Já temos lacunas, como foi muito bem expresso pelo deputado Alencar, que fez uma síntese minuciosa do que ocorreu aqui nesta CPI e foi muito explícito em dizer as lacunas que ficaram dos nossos processos de investigação - até eu concordo com ele - a

despeito de alguns avanços que nós conseguimos. Porque, olha, fazia anos, deputada Marcia Lia, que esta Casa não via uma CPI.

Estou falando CPI. Não estou falando reunião de parlamentares de faz de conta. Estou falando de CPI. Espero, sinceramente, que esse relatório... Porque nós, infelizmente, não temos voto para aprovar o nosso, mas vamos votar contra. Eu não voto, mas o deputado Alencar certamente vai votar contra o relatório apresentado pelos deputados que representam o governo nesta Casa. Que não seja, deputado Galvão, um relatório de faz de conta, com encenações, onde os atores são agentes políticos que não foram devidamente enquadrados nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Para concluir, Sr. Presidente. Não foram devidamente enquadrados nesta CPI.

E nós vimos aqui, com todos os nossos olhos, e vocês, deputado Barros Munhoz, principalmente, reconheceu isso: que aqueles que vieram aqui fazer suas oitivas mentiram deslavadamente. E quando nós tentamos trazê-los mais de uma vez aqui para esta Casa fomos impedidos porque os nossos requerimentos não foram aprovados e nós não conseguimos avançar um pouco mais esta CPI do ponto de vista do tempo necessário para fazer as investigações mais aprofundadas.

Infelizmente, é isso. Mas, quero aqui tirar o meu chapéu - não tenho chapéu, não é? Mas, pela forma e pelo desempenho do deputado Alencar, que, bravamente e de forma praticamente sozinho nesta comissão, conseguiu trazer a lume dados importantes, informações importantes.

Porque se nós não temos o poder para prender, o poder para fazer com que essas pessoas sejam punidas, nós vamos fazer todos os encaminhamentos, mesmo que esse relatório do deputado Alencar e da oposição nesta Casa seja rejeitado - e certamente o será. Mas, esse relatório será encaminhado para as autoridades competentes, de modo que as atitudes sejam tomadas e os agentes públicos sejam punidos.

Sabe por quê? Porque o Estado é negligente. Porque o culpado nisso, pode ser, tem as pessoas "a", "b", "c". Mas, mais do que isso, o culpado disso tudo, o grande responsável por esses desvios é o estado de São Paulo, é o Governo do Estado, são os seus prepostos e os seus representantes nas respectivas secretarias.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputada, por favor.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O secretário da Educação, na época, foi negligente, da mesma forma que foram negligentes os seus chefes de gabinete, que foram negligentes. A Secretaria da Agricultura - que permitiu, inclusive, o surgimento de documentos falsos dentro da secretaria, que não acompanham os trabalhos licitatórios, que não acompanham as chamadas públicas.

Isso é dever, isso é obrigação, isso é responsabilidade do Estado, para que não haja desvio do dinheiro público, para que não haja superfaturamento nas licitações públicas. É isso que tem que ficar claro.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Próximo inscrito.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Portanto, Sr. Presidente, eu lamento muito que a CPI não tenha tido um relatório mais amplo, mas profundo, e que pudesse, de fato, apontar aqueles culpados, e os mandantes, principalmente, dessa máfia e dessa fraude havida na merenda aqui do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Próxima inscrita, deputada Marcia Lia.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Deputada, a senhora me permitiria um minuto?

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Pois não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu só queria fazer um apelo. Eu tenho o maior respeito pelo deputado João Paulo Rillo, acho que é um deputado combativo, tem defeitos, como eu tenho - eu tenho muito mais do que ele, aliás. Quero fazer aqui também um depoimento em favor do deputado Olim, que chegou aqui, conquistou a Casa com simpatia.

Ele não veio para cá. Acusações falsas todos nós sofremos na vida. Todos nós sofremos. É impossível viver numa sociedade como a nossa sem que haja acusações falsas. Então, temos que ter muito cuidado com isso.

E quando descambamos para isso, sai todo mundo ferido, ninguém ganha com isso. Então, deputado Rillo, com o respeito que tenho, com a amizade - mas tudo bem, não vamos partir por aí. Deputado Olim, tenha isso como uma coisa superada. Vossa Excelência suportou muito mais na sua vida de policial correto, de policial a serviço da comunidade. Passou. Passou, certo?

Eu só queria fazer um comentário que eu acho importante, deputado Alencar, deputado Rillo, deputada Marcia Lia, deputada Beth, todos vocês, especialmente a nossa bancada aqui do lado de cá: com tudo isso, Alencar, nós, uma CPI de um Poder tão esvaziado, com todas as dificuldades que nós tivemos, nós fizemos infinitamente mais do que a Polícia Civil de São Paulo, do que o Ministério Público Estadual e do que o Ministério Público Federal.

Esse “affaire” está na Ordem do Dia desde junho de 2015, e ninguém apresentou fato algum, como nós estamos apresentando. Então, tudo bem. Repetindo o que eu disse, deputada Marcia Lia: foi com dificuldade, foi com coisas, também...

Eu estou aqui, tirando o intervalo, já há bastante tempo. Essa agressividade dos jovens que vêm aqui - que eu entendo perfeitamente, eu fui da UPES, fui da UBES -, ela acaba provocando situações como essa. Eles podem participar, sem dúvida alguma, mas sem essa agressividade.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E muito menos nossa.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E nós, menos ainda. Em reconhecimento à sua atuação extremamente difícil, deputado. Desculpe, deputada Marcia Lia.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem, V. Exa., cinco minutos, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Obrigada. Quero começar minha fala dizendo para nós, deputados, que nós estamos desmoralizados. Desmoralizados. Porque, hoje - com todo o respeito à patente do cabo, do sargento - manda mais nesta Casa do que um deputado.

É verdade, eu fui agredida. Eu só não mostro para vocês porque foi no meu seio que eu fui agredida.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Deputada Marcia Lia, se a senhora foi agredida, a senhora tem que fazer um boletim de ocorrência e processar o policial. Porque eu acho que V. Exa. está dentro de toda razão com isso.

(Vozes sobrepostas.)

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu vou fazer. Está lá. A polícia está lá e eu já suscitei a polícia. Eu fui agredida.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Eu defendo isso. Acho que V. Exa. tem que ir na hora fazer o Boletim de Ocorrência.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu vou.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado Carlão Pignatari, por favor, está garantido o direito à deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Resgate o meu tempo, por favor, porque eu não dei o meu tempo a Sua Excelência.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sim, senhora.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Então, nós estamos desmoralizados nesta Casa, porque, hoje, qualquer soldado... Qualquer policial bate em nós e nos desmoraliza. Eu pedi para eles soltarem o menino. Eles bateram em um menino de 16 anos de idade, que está lá, registrando um Boletim de Ocorrência. Então, eu quero deixar registrada essa situação vergonhosa, deprimente, à qual o deputado José Zico Prado e eu fomos submetidos. Nós queríamos, nada mais e nada menos que eles não agredissem os jovens. Só isso! Era tão somente isso. Ninguém queria que o jovem voltasse. Nós queríamos que o menino fosse solto porque eles estavam dando gravata no pescoço dos dois garotos. Era isso.

Então, eu quero dizer mais. Em um País onde hoje nós comemoramos - se é que podemos dizer que comemoramos - um dia triste da história deste País... Hoje é o dia do AI-5, 13 de dezembro de 1968. Vemos, na maior Casa Legislativa deste Estado, essa grave ofensa aos direitos - não só dos deputados, como também dos cidadãos. Então, é lamentável. É deplorável. É muito triste. Estou, inclusive, embargada pela situação que fui obrigada a viver agora.

Mas, aqui, neste País - e, agora, eu vou começar a minha fala propriamente dita -, pessoas respeitadas são o Angorá, o Babel, o Caju, o Bitelo, o Botafogo, o MT, o Primo, o Boca Mole, o Mais Feio. Essa gente é respeitada, mas nós, que tentamos ser honestos e trabalhar com justiça, defendendo os cidadãos do estado de São Paulo, somos obrigados a viver momentos como estamos vivendo aqui, nesta CPI.

Quero deixar registrada a minha indignação, porque nós deixamos passar informações extremamente importantes. Nós sabemos - e nós sabemos mesmo - que muita gente esteve envolvida na discussão desse problema que houve com a Coaf. Nós estamos apontando no nosso relatório alguns indicativos para que as pessoas sejam civil e criminalmente responsabilizadas. Porém, nós vivemos, hoje, o caos neste País, onde o Supremo Tribunal Federal, o Judiciário como um todo, está totalmente desmoralizado. O Legislativo, desmoralizado... O presidente deste País, envolvido até o pescoço em corrupção e nós somos obrigados...

Não adianta fazer “ih”, coronel. Eu sou surda, mas eu ouvi.

(Vozes fora do microfone.)

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sei lá, delegado. Enfim, S. Exa. fica fazendo gracinha com a minha fala. Sua Excelência não me respeita.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por favor, Srs. Deputados, vamos...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Vossa Excelência, por favor, me respeite. Eu sou tão deputada quanto Vossa Excelência.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu estou quieto, aqui, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Vossa Excelência não está, não, porque eu estou ouvindo o que V. Exa. está fazendo aí e eu não admito que V. Exa. faça isso.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por favor, deputada Marcia Lia, V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Então, V. Exa. peça para S. Exa. me respeitar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Já pedi.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Deputada, eu não fiz nada. Continue, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Se V. Exa. não quer ouvir a minha fala, V. Exa. não é obrigado. Vossa Excelência pode sair daqui.

Retomando a minha fala, quero dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta um relatório em que nós indicamos todos os que têm que ser responsabilizados, porque estivemos aqui, como disse muito bem o deputado Barros Munhoz. Muitas vezes, nós colocamos o narizinho de palhaço, mas nós não fomos a fundo.

Esta CPI poderia ter levantado muito mais dados, muito mais informações e nós poderíamos ter um resultado muito mais positivo e que satisfizesse, de fato, a sociedade paulista. É lamentável o que aconteceu nesta Casa e é lamentável que esta CPI não tenha apurado a fundo aquilo que deveria ter sido apurado. E eu vou tomar todas as medidas cabíveis com o que aconteceu comigo e com o deputado José Zico Prado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins.

**O SR. MARCOS MARTINS - PT** - Cedo meu tempo para o deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Obrigado, deputado Marcos Martins, pela cessão do tempo. Quero ser solidário à deputada Marcia Lia, ao deputado José Zico



Prado, aos estudantes e a todos. Acho que S. Exa. tem que ser não só respeitada como parlamentar, como mulher, como pessoa, também, que foi defender os estudantes contra qualquer tipo de violência, que merece o nosso repúdio e condenação... Como já foi dito, houve, também, em outras ocasiões, como no dia do depoimento do presidente Fernando Capez...

Sr. Presidente, eu quero trazer aqui, também... Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só um minutinho... Só para dar a informação geral para todos, é que houve a informação, tanto de um policial como de um menor que se machucaram. Então, o que eu estou determinando é que sejam conduzidos para o Distrito Policial, para fazer o devido Boletim de Ocorrência e para que se apure o fato, porque aqui ninguém quer omitir nem esconder nada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Há delegacia, aqui, não é?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu não sei se pode ser feito aqui. Pode?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Se for feito aqui, pode ser encaminhado para o Distrito do 26, mas é bem provável de ser aqui mesmo.

(Vozes sobrepostas.)

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Aqui tem uma base. Pode tomar depoimento.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vou suspender por um minutinho.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZEBINI - PSDB** - Retomados os trabalhos, devolvo a palavra ao nobre deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Sr. Presidente, a primeira coisa... Eu queria cumprimentar V. Exa. pelo trabalho conduzido até aqui. Eu passei por outras situações, aqui, em que V. Exa. interveio. Foi até lá.

Hoje, V. Exa. passou dos limites. Vossa Excelência me desculpe, mas eu tenho o dever de registrar isso, porque os meninos têm o direito de falar. Não estavam interrompendo nenhum dos deputados. Era no intervalo entre uma fala e outra. Vossa Excelência se lembra perfeitamente disso. Vossa Excelência deveria ter se comportado como se comportou até aqui. Hoje, não foi assim.

Vossa Excelência já pediu para retirar um menino e ele voltou. Hoje, V. Exa... Infelizmente, esta CPI está acabando desta maneira, porque V. Exa. vinha conduzindo... Que eu - e acho que vários deputados... Nós não poderíamos incriminá-lo por nada, mas hoje eu quero deixar registrado que V. Exa. não deveria ter acabado a CPI desta forma.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZEBINI - PSDB** - Só para responder a essa questão, deputado, eu tolerei até o limite em que não se ofendesse nenhum parlamentar desta Casa. Na medida em que começaram a xingar parlamentares desta Casa de ladrão, de corrupto, de bandido, esse é o limite em que eu me permito tomar uma atitude ou não. Quando esse tipo de expressão foi usada, cabe a mim, como presidente, manter o respeito nesta Casa e, principalmente, o respeito e a dignidade de cada parlamentar, tanto homem como mulher. Então, a minha atitude só foi tomada depois que aconteceu esse fato desagradável, que foi a ofensa pessoal, xingamento aos Srs. Parlamentares desta Casa.

Eu, deputado, como V. Exa., lutei contra a ditadura. Lutei para que as pessoas tivessem o direito de se expressar neste País, mas eu jamais... Mesmo no tempo em que eu era... Lutava contra a ditadura... Eu não ofendia pessoalmente as pessoas.

Então, esse é o meu limite. Eu não vou permitir, como presidente desta comissão, que nenhum parlamentar, nenhuma pessoa desta Casa, da assessoria, seja ofendida na sua integridade pessoal. Então, as pessoas foram retiradas porque extrapolaram, porque ofenderam pessoalmente as Sras. e os Srs. Deputados desta Casa. Isso eu não vou

permitir. Não me arrependo da atitude que tomei, mesmo sabendo que isso pode trazer consequências políticas.

Devolvo a palavra ao nobre deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, mais uma vez, sendo solidário ao nosso líder, deputado José Zico Prado, que foi agredido... A outra oportunidade... Foi negado o acesso ao deputado José Zico Prado na ocasião em que o deputado Fernando Capez ia depor. Foi dito ao deputado: “Só vai entrar com a autorização do coronel.” Então, de fato, demonstra... E o deputado... O presidente disse, em algumas ocasiões: “Eu não posso fazer nada sobre o comando da PM.” Então, parece que há um comando extralegislativo aqui, nesta Casa.

Sr. Presidente, quero pedir a V. Exa. que determine a abertura da porta, lá de cima, porque não tem sentido em ficar fechada. É um espaço público - até porque há um controle fora dos policiais, embaixo e em cima, e é muito mal ficar o acesso fechado, vedado a qualquer pessoa que queira adentrar. Que não cerceemos dessa forma o acesso de qualquer pessoa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Esta Presidência determinou que não. Quem entrou, não saia mais. Vamos manter a ordem e continuar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nem se quiser ir ao banheiro?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Se V. Exa. quiser ir ao banheiro, fique à vontade, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, além de nós, deputados, há um público aqui, também, que merece o devido respeito.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Há o público, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Parece que não está vendo, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, por favor...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, parece que não está vendo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, o seu tempo está correndo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu estou fazendo a minha fala, então pode correr o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sim, está correndo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vossa Excelência, presidindo... Quando a base faz questão de ordem, V. Exa. não interrompe. Vossa Excelência não mantém o equilíbrio quando a base faz questão de ordem. Com todo respeito, deputado Delegado Olim, quando V. Exa. também faz provocação, o presidente sequer interfere.

Pode descontar o que quiser, Sr. Presidente, mas nós temos que falar. Isso, sim, é, de fato, a medida de censura. Como disse a deputada Marcia Lia, no dia do AI-5 esta Casa dá esse exemplo. E reparem que a polícia agiu com truculência, sob comando, no dia em que veio o deputado Capez, no dia em que se fecha o relatório, nos dias mais importantes. E dizem que não é censura. Dizem que não é repressão. Dizem que é uma Casa democrática. É esse, presidente, o exemplo que estamos dando. Esse é o exemplo que estamos dando, para todos que nos acompanham.

Quero aqui, deputado Estevam, com todo respeito, fazer uma grave acusação sobre esse relatório. Ontem saiu uma matéria, numa rádio, numa gravação, onde o Sr. Jéter diz, palavras dele: “O relatório será brando contra mim. O relatório não vai pedir nada. O máximo que vai pedir é uma medida administrativa. Eu já sei do meu relatório, isso há 15 dias. O meu advogado tem conversado com os deputados.”

Isso coloca sob suspeita o trabalho. Quer ouvir o áudio, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, até porque é mentira. Ele está pedindo o indiciamento do Sr. Jéter. Está pedindo ação penal contra ele.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ótimo. Que tomem a medida devida, mas coloca sob suspeita o relatório.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ele inventa uma mentira qualquer, dão espaço ... ah, não. Deputado Alencar, pelo amor de Deus!

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Quando o Jéter veio falar aqui, V. Exa. queria que ele fosse preso por mentir. Agora, V. Exa. dá credibilidade a tudo o que ele fala? Todos sabemos que ele é um mentiroso.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Não tem nenhum cabimento. Deputado Alencar, eu tenho um grande respeito por Vossa Excelência...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, ele é mentiroso. Ele mente quando diz que o deputado Capez não sabia?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não sei, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então, não podemos falar que essa informação é mentirosa. Então, nós não podemos falar que essa informação dele é mentirosa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Mas V. Exa. queria prender ...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, posso falar?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O seu tempo está correndo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então, por favor, não interfira. Então, nós podemos afirmar que quando ele diz que o deputado Capez não tem envolvimento, era mentira? Vossa Excelência está dizendo que ele é um mentiroso contumaz.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, V. Exa. disse.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O que é mentira, e o que é verdade, deputado Barros, V. Exa. que diz que vários aqui são mentirosos?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Cada mentira tem que ser apurada. Cada verdade tem que ser confirmada. Assim é a vida.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Então, não podemos dizer, de antemão, que é mentira. Ele tem uma gravação dele, a um jornalista, onde ele afirma isso.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - É mentira, porque o relatório está aqui, e incrimina penalmente, encaminha para medidas penais. É mentira por isso.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Posso continuar minha fala?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vossa Excelência leu o relatório, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Posso continuar minha fala?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Claro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então, Sr. Presidente, há essa forte suspeita sobre o relatório, que temos que deixar aqui registrado. Não podemos deixar de mencionar, porque ...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O relatório foi feito por um deputado, que merece, desculpe, toda a nossa credibilidade. Por favor, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Continue, estou descontando o tempo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Temos que deixar isso claro, expresso.

Quero aqui dizer, Sr. Presidente, também, depois que nós consultamos o nosso relatório, das demissões de servidores. O Sr. Moita é demitido à véspera da operação se tornar pública. A operação se torna pública no dia 19, e o Sr. Moita é demitido no dia 18. O chefe de gabinete da Casa Civil, a secretaria mais poderosa do estado de São Paulo, estranhamente, ele é demitido.

O Sr. Padula é demitido 10 dias depois. O todo-poderoso chefe de gabinete da Secretaria da Educação, durante 10 anos, foi demitido. Também rapidamente. O Sr. Rodrigo Pimenta é demitido também quando vai depor na Corregedoria. A Sra. Dione Pavan é demitida quando é convocada por esta CPI.

Demissões estranhas. Será que o governo estava ali sabendo que havia responsabilidade dos servidores, e queria eles distantes? Uma medida de prevenção? Será que, da mesma maneira, que hoje o ministro da Justiça esteve em Bebedouro, durante a campanha eleitoral, ao lado do delatado deputado Duarte Nogueira? E foi lá ele antecipar uma operação da Polícia Federal? Será que ele, e os delegados que aqui vieram falaram claramente, que a secretaria tinha conhecimento prévio da operação. Será que não houve alguma orientação?

Nós relatamos isso. E gostaríamos que fosse apurado também pelo Tribunal de Justiça, se houve ou não uma informação privilegiada, contrariando a independência, a autonomia, desculpe, que deveria ter a Polícia Civil nas suas operações, não ouvir o comando político, ou manipulação política em relação a elas?

Então, nós deixamos também isso expresso, porque isso é importante. Isso nós temos que relatar, porque foi o próprio delegado que disse: “Nós comunicamos antecipadamente, e as demissões aconteceram.” São fatos que estão registrados em Diário Oficial, e são públicas. Não podemos omitir isso. Qualquer omissão nesse sentido é grave.

Essa é outra divergência, frontal...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - ... em relação ao relatório, porque não contou essa passagem, daquilo que aconteceu envolvendo a Operação Alba Branca.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O próximo inscrito é o deputado Teonilio Barba.

**O SR. TEONILIO BARBA - PT** - Sr. Presidente, só passar o tempo para o deputado Alencar Santana.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, só para continuar nessa questão. Obrigado, deputado Barba.

Parece que essas demissões são a confirmação da suspeita, por parte do governo, em relação ao envolvimento dessas pessoas. A Corregedoria depois vai lá e, como dizem, “passa um pano”, como se nada tivesse ocorrido, e não acha estranho. A Corregedoria é o único órgão que não acha estranho nada que ocorreu, de tanta estranheza que houve, nos depoimentos. A própria Dione disse que “estranhamente sumiu nosso documento”.

Deputado Barros, V. Exa. foi prefeito. O deputado Estevam também foi prefeito. Aqui mais alguém foi prefeito? Não. Carlão não está aqui. Qual é o privilégio que tem essa Coaf, de um servidor como Cleiton Gentili dizer que ele soube do pedido de reequilíbrio? E ele fala: “Eu vou ligar para ela, para tirar a dúvida.” Qual é o privilégio que tem esse fornecedor, contratado pelo Estado, de um servidor ligar para tirar dúvida sobre o pedido apresentado? Se ele achava que era irregular, que desse o parecer. Quem determinou que houvesse um tratamento privilegiado lá dentro?

Isso também não está no relatório. Consta no nosso. Porque isso também é grave. É um indicativo de como a Coaf era tratada lá dentro. No privilégio. Para saber detalhes do seu pedido de reequilíbrio financeiro, deputado Turco, ao absurdo de ter diversos documentos falsos apresentados, como as DAPs físicas e jurídicas, como o prazo para o Cadin, como a filiação à Ocesp, dentre outras. E, mesmo assim, ter sido chancelada para poder fornecer ao Estado suco superfaturado.



Quem mandou ela ter esse privilégio? Algum telefonema explica isso? Alguma pessoa nos diz por que só ela apresenta um pedido? Ah, não, deixe-me ligar lá. Imaginem um juiz, quando recebe um pedido, lá, “deixem-me ligar para a parte, para ver se está tudo bem”? Aqui as pessoas dizem “não” para nós. O próprio órgão da Casa diz “não” a deputado, para ter acesso a documento. Lá na Secretaria da Educação, não. Acho que eles ligam para todos... ou será que eles ligam para todos os fornecedores? “Está tudo bem contigo, isso aqui é para fazer, isso aqui não é para fazer?”

Que tratamento é esse? E a Corregedoria não acha isso estranho, o órgão de administração. Nós queremos que seja aprofundada também a investigação sobre isso, porque é um indicativo claro, literalmente claro, do privilégio que tinha a Coaf, do mando que alguém determinou, para que ela fosse bem tratada, no interior da secretaria.

Nós aqui não conseguimos ouvir nem o representante da Coagrosol. E agora ele vem dizer, mandando documento a esta CPI, que ele não faz parte de nada. E nós temos um Boletim de Ocorrência, contra a Coagrosol, que foi lá em Itápolis pedir para agricultores familiares assinarem nota fiscal, que forneceu produtos da agricultura familiar, quando não forneceram, falsificando nota fiscal, para justificar se ela fosse intimada, em algum lugar, a prestar contas. E nós não conseguimos ouvir. E ela também manipulou, recebeu e fez parte do contrato superfaturado. Então, temos que apontar também essas lacunas.

Sr. Presidente, quero, mais uma vez, lamentar o ocorrido hoje, toda violência, toda truculência, no dia de fechamento da CPI. Por mais que haja divergência política, em relação ao teor do relatório, é preciso haver o mínimo de respeito entre nós, como houve em diferentes momentos.

E temos que garantir, sim, deputado Olim, a preservação da ordem, mas sem qualquer tipo de violência. Não é salutar para esta Casa. Numa data simbólica, como hoje, contra uma deputada, contra uma mulher que foi lá também defender os estudantes. E contra, principalmente, os estudantes que vêm aqui, de forma democrática, se manifestar.

Se hoje, deputado Barros, e faço referência porque V. Exa. assim disse na sua fala, esta CPI produziu algum resultado, mesmo que não satisfatório, ainda para nós, da oposição, ...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - ... deve-se a uma luta iniciada lá atrás, por aquela moçada que estava aqui, por aquela moçada que ocupou a Assembleia Legislativa, por aquela moçada que esteve na Fatec, o Centro Paula Souza, pela moçada que esteve na rua, e merece o nosso respeito.

Se é a algum resultado que chegamos hoje, deve-se, com certeza, a eles, porque nós tentamos, a bancada do PT, propor. Propusemos desde o início de fevereiro, mas somos só 14. Imaginem a dificuldade. Mais alguns deputados da oposição assinaram, e alguns outros colegas assinaram depois também. Nós chegamos a 32.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Foi somente a pressão popular, aquela que é também exercida lá em cima, e que fez com que saíssemos de certa maneira da acomodação, e criássemos esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Encerrada a discussão.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, desculpe, mas posso me inscrever?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu já declarei encerrada a discussão, deputado.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Dois minutos de consideração, rapidamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Se houver concordância de todos, porque na verdade eu encerrei a discussão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Da minha parte, Sr. Presidente, digo que estamos aqui para “parlar”, é o nome do parlamento: pode falar.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - É rápido. Sr. Presidente, vamos nos manifestar favoráveis ao relatório. Quero concordar num ponto com o deputado Alencar. Esta CPI nasceu, de fato, numa pressão popular, e acho que todos nós somos juízes constantes no nosso dia a dia, de cada ato e tal.

Nós tivemos algumas CPIs nesse mandato, no mandato passado, mas nenhuma com tanta visibilidade como esta, talvez pelo fato de o início dela se dar com a citação de parlamentares. Creio que foi um pouco mais por isso que houve todo esse destaque. Acho que a todos nós, da CPI, foi concedido todos os direitos de aqui solicitar o testemunho das pessoas. E todos aqui vieram, de uma forma ou de outra. Creio que o relatório espelha bem aquilo que de fato ocorreu. Nós temos fatos que não são colaborados com provas efetivas. Acho que isso restou muito demonstrado. Talvez nós tenhamos perdido um pouco de tempo nesse processo todo, que o melhor dos documentos de toda essa CPI fosse talvez o relatório do Tribunal de Contas do Estado. E talvez, com base nele, nós tivéssemos que ter iniciado toda essa apuração. E nós não fizemos isso porque, talvez num juízo igual, a rainha de copas no início, esta CPI, até de início, se tornou a CPI do Capez.

Ao longo do tempo, com a oitiva das pessoas, não só com relação ao deputado Capez e a outros parlamentares, nenhuma prova foi carreada a esse processo. Não houve um único testemunho que dissesse “Olha, eu entreguei um dinheiro para um deputado”, “Eu entreguei um dinheiro para um funcionário público específico.” Nós temos o caso do Jeter, que assinou um contrato, e que recebeu com cheque sem fundo.

É então muito complexo para nós fazermos um juízo de valores, e ter de condenar ou absolver alguém. Creio então que o relatório foi muito correto, na medida em que se fez uma leitura do que de fato aconteceu, e que apontam os encaminhamentos no sentido de uma melhor averiguação disso ou daquilo, por parte da Polícia Civil, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal.

Não sei se erramos, não sei se acertamos, mas eu creio que o trabalho foi bem feito. E foi dito aqui pelo deputado Barros Munhoz que esta CPI avançou mais que o Ministério Público em muitos pontos, mais que a Polícia Civil, e tenho certeza de que os dados carreados aqui vão ajudá-los no prosseguimento das investigações.

Não posso, como advogado, concordar com algumas falas. Ouvi o posicionamento do deputado Rillo, que vai sugerir no seu relatório o afastamento do deputado. Eu gosto muito de desenho animado. Naquele desenho do Alice no País das Maravilhas, o gato sai correndo na mesa - não me lembro direito da cena - e faz um

estardalhaço, e acerta a rainha. A rainha não viu quem era e fala “Quem foi?”, “Quem foi?”, e aponta para Alice. E ela fala: “Cortem-lhe a cabeça.”

Eu acho que esta CPI nasceu com esse espírito: “Cortem a cabeça”, “Cortem a cabeça do presidente da Assembleia”, “Cortem a cabeça de eventual deputado”, sem antes nós ouvirmos ninguém. Acho que a CPI teve esse papel importante de ouvir as pessoas e nós tentarmos colher essas provas, que não vieram. Vamos ser justos. É uma análise técnica. Nós não temos condição aqui, não somos juízes de Direito, mas, ainda que fôssemos, a fragilidade que nós encontramos das provas aqui é muito grande. Há de fato um grande estelionato por parte da empresa, talvez a maior vítima nesse processo, acho que a maior vítima sejam os agricultores familiares. E, a partir desse estelionato em cima dos agricultores, se despreendeu.

Nós não sabemos o que houve nas prefeituras, mas por esse motivo, Sr. Presidente, eu não posso deixar de apoiar o relatório do deputado Estevam Galvão nesse momento, e esperar que a Justiça, talvez com mais tempo e com mais capacidade, possa apontar de fato onde houve os erros, e que esse fato específico sirva de exemplo para que cada ente público, não só no estado, como nos municípios, fique atento, e saiba que estão sendo vigiados e vão ser muito cobrados pela sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O deputado Estevam Galvão, como relator, tem pelo Regimento o direito de...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Em que momento eu entrego o meu relatório? Posso entregá-lo agora?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Penso que sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vou deixar duas cópias, uma com V. Exa. e com o relator, já que o relator vai falar, e vai que ele muda aqui e pega esse para defender.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Obrigado, Alencar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Esta Presidência registra o recebimento do relatório do deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos, e os membros presentes: deputado Barros, deputado Olim, deputado Adilson. O deputado Gilmaci não está presente, nem o deputado Coronel Camilo, mas cumprimento-os também, e o nosso grande e ilustre companheiro e colega, deputado Caruso. E também o deputado Alencar, membro efetivo desta CPI, mas quero cumprimentar de forma especialíssima a deputada Marcia Lia e a deputada Beth Sahão, que se comportaram de forma muito competente. Claro que os demais deputados do PT, como Turco, Martins, Barba e Ana do Carmo também, mas Marcia Lia e Beth Sahão se comportaram como se fossem membros efetivos, diariamente, no horário, e combativas.

Quero cumprimentar também o deputado Zico Prado, líder do PT, que é um deputado a quem tive um grande respeito pelo equilíbrio, serenidade. E ele, como deputado no plenário, no Colégio também, sempre se conduz de forma muito brilhante. Gosto demais do Zico.

Lamento os acontecimentos de hoje, não precisaria nada disso. A CPI poderia perfeitamente ter sido encerrada da forma que vinha sendo conduzida, com divergência aqui, ali, com contraditório aqui e ali. Acho que a divergência é normal, natural, e o contraditório tem que existir. Mas eu tenho um grande respeito por todos, pelo Rillo também. Rillo foi líder, conviveu comigo e com todos lá muito bem. Eu não conhecia o deputado Olim pessoalmente, só pela imprensa, mas estou conhecendo-o pessoalmente, e digo para vocês que ele é agradabilíssimo. É gentil, humilde, e, apesar do cargo da oposição, sempre se ocupou como delegado. Não é tão fácil sair pelas ruas defendendo a paz e a tranquilidade de todos nós, muitas vezes com o risco da própria vida. E hoje, aqui, é um homem simples, humilde, que vai ao gabinete, conversa, orienta. E é equilibrado e sereno também.

Nada disso então precisaria ter acontecido. Fico triste. Eu lamento muito, embora, deputado Alencar, haja divergências, eu tenho consciência também, como bem disse o deputado Barros e outros deputados, Caruso também, de que a CPI avançou, e avançou

bastante. Ela não está tendo o resultado que muitos gostariam que tivesse. Como disse Caruso, esta CPI acabou virando não uma CPI da Merenda, mas uma CPI do Capestre. Mas tenho convicção de que o relatório está retratando fielmente todos os nossos trabalhos aqui.

Essa história de que o relatório vazou, que alguém teve conhecimento, Jeter disse, é mentira, mas mentira deslavada. Eu digo que é porque tenho consciência do meu trabalho. E digo mais: eu confio e agradeço a dois assessores meus. Quero fazer isso publicamente: Dr. Marlon e Dr. Silas. Tenho certeza. Uma que o relatório não esteve pronto lá atrás. O relatório ficou pronto exatamente no final da semana, e o relatório foi entregue numa segunda. O relatório ficou concluído no sábado.

É impossível que o Sr. Jeter tivesse tido conhecimento. Eu digo e repito: agradeço ao Marlon e ao Silas. Não fosse a presença desses dois assessores, eu não seria competente para fazer um relatório da estirpe, das qualidades deste relatório que nós estamos apresentando.

Devo dizer ao deputado Alencar: Alencar, é claro que, se nós tivéssemos tido todas as informações, tanto do Tribunal de Justiça, como da Justiça Federal, da Polícia... É claro que facilitaria a nossa vida e o relatório poderia até ser infinitamente melhor.

Quanto à sindicância, aposentadoria, que Vossa Excelência colocou, isso já não faz parte da CPI, mas eu entendo que V. Exa. fez a colocação que deveria ter sido feita. Não é papel da CPI absolver alguém ou condenar. Nosso papel é muito mais informativo, e isso nós fizemos.

Nós vamos encaminhar ao Ministério Público, à Defensoria Pública, a quem de direito. Agora, tenha certeza, as pessoas foram apontadas, sim. Alguns criminalmente, outros civilmente, outros civilmente e criminalmente também, alguns outros administrativamente, mas tenha certeza de que todos eles foram apontados, sim.

O que mais eu posso dizer aqui? Outra coisa. O próprio relatório sugere - podemos dizer até que nós vamos exigir - que o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Defensoria, encaminhem para a Assembleia Legislativa a cada, acho, seis meses, os trabalhos. Como estão sendo conduzidas as investigações. Eventualmente, a tipificação dos crimes e, se for o caso, até os indiciamentos.

Para concluir, eu vou ler rapidamente, Srs. Deputados, um apanhado que eu deixei pronto aqui - que não é longo não, é rápido - dos trabalhos da CPI.

A CPI foi instalada no dia 22 de junho de 2016. Em três de agosto foi apresentado e aprovado, por unanimidade, o plano de trabalho apresentado pelo relator. Foram

apresentados 214 requerimentos, dos quais 60% foram aprovados. Foram realizadas 38 oitivas, 72 horas de depoimento.

A finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar fatos que possam influir na qualidade de vida da coletividade, e o bem comum é a meta primordial a ser perseguida por ela.

Além da função eminentemente investigativa, podendo eventualmente encaminhar, no sentido de propor medidas legislativas, outro papel bastante relevante desenvolvido pela CPI é a função informativa.

Nesse sentido, podemos acrescentar que a finalidade da CPI é, também, fiscalizar a conduta administrativa do governo e manter a Assembleia Legislativa e a opinião pública informadas sobre a situação do estado.

No estado de São Paulo, a Secretaria da Educação, por meio da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, Cise, e seu Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno, é a responsável pelo gerenciamento e execução do Programa de Alimentação Escolar, PAE, e o atende por meio de dois sistemas, a saber, centralizado e descentralizado.

Então, nós temos aqui 80% dos municípios de forma centralizada e 565 de forma descentralizada. O estado repassa 181 milhões para a merenda. O estado repassa aos municípios 55 centavos por aluno e, no período integral, dois reais e vinte centavos, e o governo federal repassa 30 centavos por aluno, e um real por aluno/dia. É importante ressaltar que a gestão centralizada fornece também, de forma gratuita, alimentação escolar a 92 unidades escolares, escolas técnicas.

Dentro do contexto de estímulo à agricultura familiar, a Lei Federal nº 11.947, de 2009, determina que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados, municípios e ao Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, Pnae, deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e as quilombolas.

Nesse ponto, eu quero lembrar as palavras do deputado Caruso. O grande prejudicado em toda essa história, quem levou o maior prejuízo, sem dúvida alguma, foi o agricultor familiar.

Dentre os documentos exigidos para participação nas chamadas públicas promovidas pelo Poder Público, no âmbito do Pnae, está a Declaração de Aptidão ao

Pronaf, DAP. A Declaração de Aptidão ao Pronaf, DAP, é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as unidades familiares de produção rural e suas formas associativas organizadas em pessoa jurídica, possibilitando o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais.

A declaração é elaborada para unidade familiar de produção, abrangendo todos os membros de uma mesma família que explorem a mesma área de terra.

A criação desta CPI da Merenda Escolar teve por objetivo, em síntese, apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve ou não prejuízo ao erário.

Esta CPI deparou-se, no decorrer dos trabalhos, com uma organização criminosa que atua na venda de produtos e gêneros alimentícios, que se espalhou por todo o estado de São Paulo, prejudicando os pequenos produtores familiares, enganando não somente o erário público estadual, mas também uma grande quantidade de entes municipais.

Nas chamadas públicas analisadas, verificamos o uso de diversos documentos falsos por parte da cooperativa orgânica agrícola familiar, da Coaf. Constatamos também, no âmbito interno da Coaf, diversas práticas que, em tese, apontam para o cometimento de delitos, tais como: prática de cartel, formação de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, corrupção ativa e fraude em processo licitatório.

Constatamos também desvio de finalidade na aplicação da lei que fomenta o cooperativismo agrícola familiar, pois os maiores beneficiados com os recursos públicos não foram os pequenos produtores agrícolas, mas as grandes empresas de suco de laranja, que forneciam às cooperativas.

Foram verificadas ainda atividades suspeitas pelos agentes públicos Jeter Rodrigues e José Merivaldo, decorrentes da movimentação financeira de ambos, embora não haja indício de interferência nos procedimentos e contratações realizadas pela Secretaria da Educação.

Então, veja bem que tanto o Jeter quanto o Merivaldo foram apontados aqui na esfera criminal. Quanto aos demais agentes públicos da Secretaria da Educação, não há provas conclusivas de que atuaram com dolo. Contudo, há indício de comportamento desidioso, que merece uma adequada investigação por parte do Ministério Público.

No mesmo sentido, encaminhamos as conclusões do trabalho para o Poder Executivo, para as devidas responsabilidades administrativas.



Quanto aos agentes políticos, no decorrer dos trabalhos investigativos, o que pudemos verificar com a reconstrução dos fatos, buscando a maior coincidência possível com a realidade cronológica dos procedimentos em análise, é a ausência de participação dos nomes políticos que foram citados nos primeiros depoimentos prestados à Polícia Civil de Bebedouro.

Em que pese o valoroso trabalho compreendido pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado, a observação com respeito ao sobrepreço do suco de laranja merece algumas considerações, pelo fato do suco...

Muitas vezes ele é integral, muitas vezes é néctar e muitas vezes é sachê. Então, é difícil, sem uma apuração mais circunstanciada, nós definirmos se houve ou não o sobrepreço, inclusive no que se refere também às embalagens.

Dessa forma, concluímos o relatório com 29 encaminhamentos para o Ministério Público para tipificação das condutas e eventual apresentação de denúncia. Além destes sugerimos encaminhamento à Defensoria Pública, ao Tribunal de Contas e à Secretaria Estadual de Educação. Nesse ponto sugerimos o acompanhamento das medidas pela Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa. Por fim, foram apresentadas cinco proposições legislativas destinadas à Mesa da Assembleia Legislativa e à Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem tem a palavra o deputado Alencar Santana.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sobre os documentos que porventura ainda possam chegar à CPI já que alguns deles foram pedidos, primeiro peço que se chegando eles sejam repassados a todos os membros, mesmo a CPI não encerrando hoje. E que a nós não deixemos de buscar os documentos que faltaram, por exemplo, da 6ª Vara, e mesmo o documento que envolve aqui o processo disciplinar contra o Jeter. Nós temos que ter informação sobre isso. Negar isso para nós é uma agressão. É submeter o Parlamento a toda e qualquer tentativa de censura à nossa função parlamentar.

Então, peço que haja, por parte da assessoria, esse encaminhamento para nós.

E dizer que no início brigamos tanto se nós leríamos ou não o relatório e o deputado Estevam Galvão leu a conclusão aqui que eu havia pedido desde o início. É

que se isso fosse feito no início teria nos ajudado também no debate. Mas, de qualquer forma, obrigado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM -** É que V. Exa. iniciou o debate.

(Vozes sobrepostas.)

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Não me deram alternativa, se eu não iniciava eu não falava. Mas - novamente - agradeço ao deputado Estevam Galvão pela gentileza, pela compreensão do deputado em ter lido ao final, teria sido bom se tivesse sido no início.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Só para informação a V. Exa. , a CPI não pode repassar documentos depois do seu término, mas podemos dar ciência aos senhores membros de que chegou documento para que todos que quiserem possam consultá-los.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** É, porque nós não temos acesso a esses documentos. Eu quero saber o que aqueles áudios contêm da 6ª Vara. Quero saber por que o Jeter não é citado no processo disciplinar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Até para que possa ter valor, eu faço o pedido, antes que nós votemos o relatório, que se reitere todos os pedidos de informação que ainda não chegaram, que se reitere antes do encerramento da CPI. Neste momento nós podemos, não podemos?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Podemos, a CPI está existindo. Ela existe, ela é real, ela é viva.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** O que nós estamos determinando é que se reitere todos os pedidos daquilo que não foi feito, porque depois de votarmos o relatório obviamente não podemos mais fazer.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nós encontramos o Jeter em tudo quanto é canto, às vezes andando pelos corredores da Casa. Mas ele não foi citado para depor aqui no processo disciplinar. De repente ele sumiu. De repente ninguém o vê. Enfim, isso é um absurdo. Passado dois meses ainda não foi feita essa citação.

Sr. Presidente, era essa consideração que eu queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A votos. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordarem com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Tem voto em separado, a votação tem que ser nominal.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, antes de encerrar quero aproveitar, vai que vota e já se encerra, quero fazer mais um agradecimento a toda a assessoria da bancada, dos parlamentares que nos ajudaram, não vou nominar todos para não ser injusto, mas se nós todos aqui conseguimos produzir um trabalho foi porque o pessoal aqui acompanhou, se esforçou, estudou, leu, a todo o momento dando retaguarda, argumento e sustentação para o trabalho feito.

Quero, mais uma vez, parabenizar a todos os deputados que fizeram parte, independente da divergência, todos merecem o devido respeito. Tivemos bons debates aqui. Deputado Estevam Galvão, com toda a divergência mais merece o respeito como relator ele e toda a sua equipe; deputado Barros Munhoz, também com os debates que travamos, o deputado Delegado Olim, deputado Adilson Rossi, deputado Jorge Caruso e mais uma vez agradeço também a bancada que foi fundamental: José Zico Prado, em todos os momentos calmos e agitados; o deputado Luiz Turco, nosso parceiro oficial da CPI; a deputada Beth Sahnão e deputada Marcia Lia, que acompanharam os trabalhos desta CPI; deputado Teonilio Barba, deputado Luiz Fernando, deputado Enio Tatto, que no momento não está presente, mas que também foi fundamental, e a todos os estudantes sem esquecer o acompanhamento da imprensa também.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e desculpar-me por toda a divergência. Vossa Excelência conduziu, não diria que 100% bem, mas foi bem, e a assessoria também.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado Alencar Santana Braga, apesar das divergências, eu quero agradecer não só a V. Exa., mas a

todos os deputados e deputadas que participaram ou como membros, ou como suplentes, ou mesmo não sendo membros ou suplentes estiveram presentes nesta CPI. Apesar das divergências, acho que conseguimos, graças a Deus, ter um relacionamento cordato.

Quero agradecer às assessorias de todos Srs. Parlamentares aqui presentes, à minha assessoria, que também me ajudou muito fazer todo o procedimento. Quero agradecer muito à assessoria da Casa, sob o comando da Letícia, que dispensa comentários, é muito querida e reconhecidamente competente.

Agradeço, ainda, a todo pessoal da Procuradoria da Casa, à assessoria da Polícia Militar, à assessoria da Polícia Civil, enfim, agradeço aos funcionários, à TV Alesp, que esteve presente, à Imprensa, de que muitas vezes discordamos da forma como veicula a informação, mas que, sem dúvida, foi importante para a democracia para divulgar os trabalhos aqui feitos. Enfim, acho que esta CPI teve a participação de centenas de pessoas que possibilitaram que ela chegasse no dia de hoje a esse relatório.

Quero agradecer a todos pela participação, pelo empenho e dizer muito obrigado a cada um de vocês.

Em votação nominal o relatório do deputado Estevam Galvão. Como vota o nobre deputado Alencar Santana Braga?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, vou abrir a votação aqui e tenho certeza de que os colegas vão seguir o meu voto. Conto com eles para que possamos votar o relatório que relatou tim-tim por tim-tim aquilo que aconteceu na CPI. Fazendo justiça, eu me esqueci de agradecer à deputada Ana do Carmo e ao deputado João Paulo Rillo também, e à Imprensa e à assessoria da Casa.

Bem, voto contrário ao voto do relator, e favorável ao relatório, ao nosso voto que apresentamos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Como vota o nobre deputado Estevam Galvão?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Com o relatório. Voto favorável ao meu relatório.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Com o relatório, e contrário ao relatório alternativo. É assim que se diz? Como vota o nobre deputado Barros Munhoz?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Voto favoravelmente ao relatório elaborado pelo relator Estevam Galvão, e contrário ao brilhante voto elaborado pelo nobre deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Como vota o nobre deputado Delegado Olim?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu voto pelo relatório do relator deputado Estevam Galvão. Parabéns pelo seu relatório que eu estava lendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Como vota o nobre deputado Adilson Rossi?

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Sr. Presidente, antes de declarar o meu voto, apenas um minuto, já que falei tão pouco em toda esta CPI. Apenas para cumprimentá-lo pelo excelente trabalho feito como presidente desta CPI. Cumprimento todos os deputados que fizeram parte deste cansativo trabalho que realizamos aqui, os membros da CPI, os suplentes, os deputados que passaram por esta CPI. Entendo que todas as ideias, os debates e as discussões que nós tivemos aqui não afetam em nada o nosso relacionamento, a nossa amizade, o respeito que temos uns pelos outros.

Parabenizo ao deputado Estevam Galvão pelo brilhante trabalho que fez como relator desta CPI, e declaro o meu voto favorável ao relatório do nobre deputado Estevam Galvão.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Como vota o nobre deputado Jorge Caruso?

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Favorável ao relatório do deputado Estevam Galvão.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Este presidente também vota favorável ao relatório do deputado Estevam Galvão. Quero parabenizá-lo pelo trabalho. Pessoalmente, acho que foi um ótimo relatório, um trabalho muito bem realizado. E quero só dizer que, embora tendo sido vencido o relatório apresentado pelo deputado Alencar Santana Braga, ele também será publicado no Diário Oficial para que todos tenham ciência do relatório apresentado.

Essa tem sido a praxe da Casa: mesmo vencido o relatório ele também é publicado para que todos possam ter conhecimento e, sem dúvida nenhuma, para que todos possam também receber a contribuição do relatório do deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Sr. Presidente, registro que essa CPI só foi possível graças à bravura e à consciência cidadã e a coragem dos estudantes e que, infelizmente, votando agora o relatório, eles não estão presentes mais aqui. Eles acompanharam a CPI o tempo inteiro, mas foram retirados à força, violentamente, por ordem do Sr. Presidente, retirados pela Polícia Militar.

Eu vi agora esse festival melancólico, essa hipocrisia que compõe o cretinismo parlamentar de agradecimentos mil a todos, só faltou agradecer a uma pessoa. Então, em nome dos estudantes, que bravamente lutaram e resistiram para que ela acontecesse, queria agradecer ao pizzaiolo que V. Exa. esqueceu. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, declaro encerrada a presente reunião.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*